



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA

AVISO DE ERRATA

No quadro Balanço Social Anual 2013, integrante do Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras – 2013 da **EMBASA**, publicado dia 24 de abril de 2014, na terceira linha do item 5 referente ao número de empregados (as) terceirizados (as), onde se lê 0, na coluna 2012, leia-se, 5.512, e onde se lê 0, na coluna 2013, leia-se 5.364.

EMBASA



Capital Autorizado: R\$ 5.664.000.000,00
Capital Integralizado: R\$ 3.961.996.397,88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2013

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

O Exercício de 2013 para a Embasa foi marcado por grandes desafios e conquistas. Os esforços de convivência com a seca na região do semiárido e o avanço do compromisso da universalização dos serviços de saneamento básico na sua área de atuação, de forma sustentável, foram os principais desafios enfrentados. O êxito alcançado está fundamentado na capacidade de trabalho de nossos colaboradores que compartilham os valores da Empresa, permitindo a continuidade da prestação dos serviços em níveis de eficiência e qualidade para a população residente nos atuais 3,5 milhões de domicílios atendidos com água tratada e 1,26 milhões de domicílios ligados à rede coletora de esgotos, com tratamento e disposição adequada. Os investimentos realizados a partir de 2007 proporcionaram a ampliação do atendimento para 926 mil novos domicílios e estendeu os serviços de esgotamento sanitário para mais 522 mil domicílios.

A Embasa encerrou o exercício com a receita operacional líquida de serviços de 1,898 bilhão de reais, indicando a continuidade do seu crescimento econômico. O EBITDA alcançou no pe-

ríodo o valor de 391,3 milhões de reais, 13,0% e a margem EBITDA atingiu o patamar de 21%.

O Índice de Eficiência Operacional – IEO obtido no ano de 2013 (1.346) superou a meta estabelecida pela AGERSA (1.300) e representa o principal direcionador da perspectiva financeira. Dando prosseguimento aos investimentos previstos no Programa Água para Todos do Governo do Estado foram aplicados no exercício, 534 milhões de reais, dos quais 313 milhões de reais provenientes de recursos próprios. Com isso a Embasa potencializa seu compromisso com a expansão dos serviços prioritariamente para as áreas de população mais carente e de pequenas localidades do interior do Estado.

Destacam-se os investimentos nas seguintes obras de ampliação: Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Salvador e Região Metropolitana, Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Serrinha/Conceição do Coité, Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Vitória da Conquista, além dos Sistemas de Abastecimento de Água de Andorinha, Euclides da Cunha, e dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Jequié e Muritiba.

Em 2013 a Embasa concluiu as obras de implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitá-

rio de Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Encruzilhada e Mucuri.

Destaca-se o investimento que está sendo realizado em Salvador, de 1,1 bilhão de reais no sistema de abastecimento de água e no sistema de esgotamento sanitário, no período de 2007 a 2014.

Dentre os mais importantes reconhecimentos obtidos no período, destacam-se o "TROFÉU TRANSPARÊNCIA" da ANECAF/PIPECAF/SERASA EXPERIAN, pelo terceiro ano consecutivo, no âmbito das empresas de capital fechado e a escolha da Embasa como Empresa do Ano no Saneamento Ambiental, na categoria empresa estadual, pela revista SANEAMENTO AMBIENTAL.

Agradecemos ao Governo do Estado, municípios titulares dos serviços, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), Casa Civil do Governo, Conselho de Administração da Embasa, Conselho Fiscal, Agência Reguladora de Saneamento da Bahia (Agera) e aos nossos colaboradores pelo empenho e comprometimento diferenciados.

A Diretoria Executiva

1 CENÁRIO ATUAL DO SETOR DE SANEAMENTO

A promulgação da Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, trouxe novos desafios para o setor. O princípio da universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial aos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, deve ser posto em prática a partir do planejamento prévio do titular dos serviços e da regulação. A prestação dos serviços pela empresa de saneamento deve atender as demandas da sociedade com eficiência, eficácia, qualidade e equilíbrio econômico-financeiro.

Na mesma linha da lei nacional, a política estadual de saneamento básico – Lei nº 11.172, de 01/12/2008, institui como princípio a regionalização da prestação dos serviços em economia de escala, ressaltando-se que a EMBASA desempenha papel de prestadora regionalizada com atendimento em 364 municípios baianos.

A lei estabeleceu, como um dos seus princípios, o fortalecimento da EMBASA de forma a viabilizar o acesso de todos a estes serviços de saneamento básico, imbuindo-a no papel de principal executora da referida política. Esta lei ainda estabelece que esta empresa poderá subsidiar tecnicamente os municípios baianos na elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) ou de planos específicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Neste sentido, a mesma já elaborou estudos técnicos para sete municípios (incluindo Salvador e Barreiras), e no ano de 2013 apoiou mais seis municípios. Além disso, também vem apoiando os municípios baianos na formulação de PMSB mediante sua participação em comitês municipais e fornecimento de dados e informações sobre os sistemas operados.

A política estadual de saneamento básico estimula a cooperação federativa para a prestação destes serviços públicos e para sua regulação e fiscalização por meio de consórcios públicos e de convênios de cooperação. Em relação à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o convênio de cooperação pode autorizar que o município celebre contrato de programa diretamente com a EMBASA. Neste sentido, em 2013 foram celebrados 07 convênios de cooperação, totalizando 58 convênios com municípios baianos.

A regulamentação da Lei Estadual nº 11.172/08 está sendo realizada por meio de processo democrático, envolvendo o Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA), em especial sua Câmara Técnica de Saneamento, e outros conselhos estaduais, o poder público estadual, Organizações Não Governamentais - ONGs, entidades de trabalhadores e o setor acadêmico. A partir do trabalho participativo realizado por meio destas diversas representatividades que compõem o Grupo de Trabalho denominado GT RESAN, inclusive a EMBASA, no ano de 2013 foi finalizada a minuta inicial do decreto e colocada em consulta pública por mais de 04 meses visando aprimoramento para sua versão final. As 187 contribuições recebidas foram analisadas e a minuta será validada pelo grupo de trabalho e ConCidades/BA para em seguida ser enviada para apreciação do governador em 2014.

O marco legal do saneamento também está relacionado com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010) e seu decreto regulamentador, posto que a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos urbanos é um dos quatro serviços públicos da área do saneamento básico. Neste sentido, é importante comentar que em 2013 foi enviado para a Assembleia Legislativa da Bahia, pelo poder executivo estadual, o projeto de lei que cria a política estadual de resíduos sólidos. A EMBASA, como geradora de resíduos dos serviços de saneamento, tem buscado se adequar a este novo cenário institucional.

2 PERFIL DA EMPRESA

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA, é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, pessoa jurídica de direito privado, tendo como acionista majoritário o governo do Estado da Bahia. Presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, tendo como macro estratégia do governo do estado: universalizar o acesso ao saneamento.

Quadro 01 - Composição dos Acionistas

ACIONISTAS	QUANTIDADES DE AÇÕES					
	ORDINÁRIA	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL	%
ESTADO DA BAHIA	362.146.551	99,99	195.609.165	99,00	557.755.716	99,87
PREVDATA-Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV	-	-	488.708	0,25	488.708	0,09
UNIÃO	33.333	0,01	336.939	0,17	370.272	0,07
DNOCOS-Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	-	-	116.878	0,06	116.878	0,02
MUNICÍPIOS	-	-	275.016	0,14	275.016	0,05
PARTICULARES PESSOAS JURÍDICAS	-	-	365.933	0,19	365.933	0,07
PARTICULARES PESSOAS FÍSICAS	117	0,00	174.336	0,09	174.453	0,03
OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS	-	-	57.035	0,03	57.035	0,01
TOTAL	362.180.001	100,00	197.424.010	100,00	559.604.011	100,00

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: 3.962 milhões (atualizado conforme AGO 06/2013)

VALOR NOMINAL POR AÇÃO: R\$ 7,08

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os órgãos de deliberação superior da EMBASA, definidos no estatuto social, são a Assembleia Geral dos Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é uma alta instância administrativa, sendo composto por sete membros, eleitos por um período de dois anos, reelegíveis. O Conselho Fiscal, órgão com atribuições específicas dispostas na Lei das Sociedades Anônimas, é composto por cinco membros efetivos.

A Diretoria Executiva é formada pela Presidência, três Diretorias de Operação e Expansão (Região Metropolitana de Salvador, Norte e Sul), Diretoria Técnica e de Sustentabilidade, Diretoria Financeira e Comercial e Diretoria de Gestão Corporativa.

A estrutura organizacional da EMBASA acompanha a dinâmica das estratégias e dos processos organizacionais, permitindo a integração entre os processos críticos na gestão da empresa e intensificando a regionalização de suas atividades.

Figura 01 - Organograma

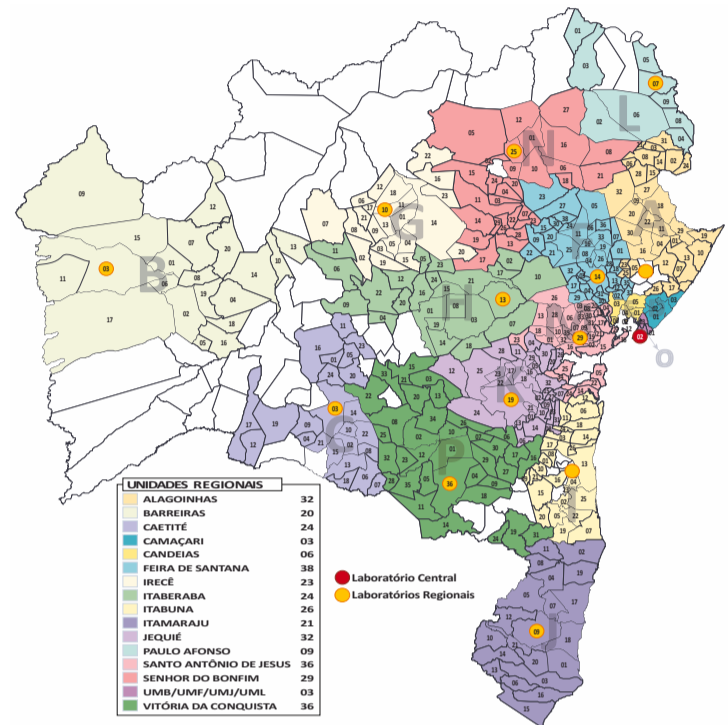


2.2 ÁREA DE ATUAÇÃO

A EMBASA, como executora da política de saneamento básico do Estado da Bahia, vertentes abastecimento de água e esgotamento sanitário, atua nas prioridades de governo definidas dentro do "Programa Água para Todos - PAT". Possui contratos com 364 municípios onde atende as ações pactuadas no Plano Municipal de Saneamento cujo principal objetivo é a busca da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de modo sustentável.

São operados 426 sistemas de abastecimento de água, distribuídos em 364 dos 417 municípios do Estado (87,29% dos Municípios do Estado), dos quais 111 são sistemas integrados (atendem diversas localidades pertencentes a um ou mais municípios) e 315 são locais. Através desses sistemas são atendidas 1027 localidades com água tratada e com esgotamento sanitário são operados 80 sistemas que atendem a 112 localidades.

Figura 02 - Mapa Unidades Regionais



A Empresa descentraliza suas ações por meio das 19 Unidades Regionais sendo 13 Unidades no interior do Estado e seis Unidades na Região Metropolitana de Salvador. E por meio dos 258 Escritórios Locais que são responsáveis pela operação, manutenção, faturamento e cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e interação direta com os usuários, comunidade e titulares nos 364 municípios onde a empresa atua.

3 ESTRATÉGIAS E VISÃO DE FUTURO

Após o primeiro ano de execução do Planejamento Estratégico 2012-2015, da implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e da estabilização da nova estrutura organizacional da empresa, o ano de 2013 teve o objetivo de consolidar o Modelo de Gestão da Estratégia - MGE da EMBASA que alinhou o planejamento estratégico com as ações executadas nos níveis tático e operacional.

Com o objetivo de garantir o alcance dos resultados, foram realizadas palestras e treinamentos para discussão da estratégia e capacitação dos gestores na utilização de metodologias e ferramentas de gerenciamento dos projetos estruturantes. É fato que a estratégia dificilmente seria implementada se não estivesse ligada aos processos operacionais e de governança, foram elaborados os painéis de desempenhos setoriais das áreas finalísticas e de apoio, alinhando-os à estratégia e auxiliando os gestores no planejamento das operações utilizando ferramentas de gestão da qualidade e painel de controle.

Figura 03 - Mapa Estratégico



A medida que os planos operacionais e estratégicos são executados, a empresa monitora e atua sobre os problemas, barreiras e os desafios que se impõem. Para tanto, foi necessário exercitar a relação de causa e efeito entre os indicadores estratégicos e operacionais, ciente de que esta relação causal é o que move a estratégia para a operação da organização e permite a materialização dos objetivos estratégicos dentro do dia-dia da EMBASA.

VISÃO DE FUTURO

A EMBASA pretende estar entre as três principais empresas em avanços para universalização até final de 2015. Hoje está entre as oito primeiras no ranking nacional, com base nos índices de atendimento divulgados pelas empresas do setor, e deverá universalizar, juntamente com outras empresas públicas do estado, o acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em toda área onde atua até 2030.

4 PROGRAMAS E AÇÕES RELEVANTES

4.1 O PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS - PAT

O Programa Água para Todos do governo do estado tem como objetivo a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na Bahia, sendo a principal executora de suas ações a EMBASA, que desde 2007, vem ampliando os índices de atendimento à população baiana.

Nos últimos anos, a empresa trabalhou de forma a garantir que parte de seus sistemas de água e da estrutura instalada (Estações elevatórias, adutoras, estações de tratamento de água, reservatórios e redes distribuidoras) passasse a ter condições de atender à demanda por água, que aumentou muito devido ao crescimento da ocupação urbana nas áreas atendidas pela empresa. Com as extensões da rede distribuidora, nas cidades e até na zona rural, foi possível levar água de qualidade para quem não tinha. Principalmente na região do semiárido, implantou novos sistemas de abastecimento de água e também construiu barragens.

As intervenções do PAT contemplam 1.164 ações em 312 municípios, sendo 441 obras em abastecimento de água, 191 em esgotamento sanitário, perfuração de 383 poços, elaboração de 145 projetos e quatro ações de desenvolvimento institucional, totalizando cerca de R\$ 6,92 bilhões em recursos de investimento aplicados ou garantidos. Além destes, existe expectativa de contratação de novos recursos da ordem de R\$ 1,61 bilhão alcançando cerca de R\$ 8,52 bilhões de investimentos no período de 2007 a 2014.

No ano de 2013 foram concluídas as obras, com valor de investimento de R\$ 274,9 milhões a previsão de conclusão de obras para o ano de 2014 no valor de R\$ 1,58 bilhão e com previsão de obras a licitar ou em licitação com um montante de R\$ 813,94 milhões.

4.2 SEMIÁRIDO

Principais ações no Semiárido

Das novas ligações de água implantadas pela EMBASA, desde o início do Programa Água para Todos, mais de 50% se encontram em municípios situados no semiárido baiano. Neste período, a Bahia viveu a pior seca dos últimos 60 anos. Na região, a empresa concluiu, desde 2007, cinco barragens: a de Cristalândia, para atender à região de Brumado; a barragem de Riacho de Santana, para atender à sede do município e localidades rurais vizinhas; a barragem do Rio Tijuco, para atender aos municípios de Mulungu do Morro e Souto Soares e às locali-



Figura 04 - Principais Adutoras no Semiárido

dades de Campo Alegre, Várzea do Cerco, Segredo, Matinha, Cascavel, Novo Horizonte e José Raimundo; a barragem de Serra Preta, para atender às sedes municipais de Planalto e Barra do Choça e algumas localidades rurais; a barragem de Lagoa do Torta, para atender às sedes dos municípios de Igaroré e Matina.

Além da construção e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, a EMBASA realizou diversas ações emergenciais para garantir o abastecimento nos municípios em situação crítica. Entre as ações, estiveram: integração de sistemas de abastecimento de água com disponibilidade hídrica aos sistemas que se encontravam em colapso, em função da redução do volume dos mananciais; abastecimento alternativo da população por meio de carros-pipa; e montagem de poços que apresentam água com qualidade apropriada para consumo humano, integrando-os ao sistema distribuidor.

Entre as obras estruturantes concluídas pela EMBASA para atender aos municípios localizados na região, têm destaque as grandes adutoras, como a do São Francisco e a do Algodão, que utilizam como captação as águas do rio São Francisco, e a adutora de Pedras Altas. Destaque também para a implantação dos sistemas integrados de abastecimento de água de Pedro Alexandre, que envolveu investimento de R\$ 12,3 milhões, e de Cafamaum, concluído em outubro de 2012, com investimento de R\$ 26,4 milhões; e a ampliação e melhorias no sistema integrado de abastecimento de água de Serrinha e Conceição do Coité, com investimento de R\$ 47,7 milhões, servindo a sete municípios (24 localidades) e beneficiando mais de 300 mil pessoas. Maior obra do Programa Água para Todos na Bahia, o sistema adutor do São Francisco foi concluído em fevereiro de 2013, levando a água do Velho Chico à microrregião de Irecê, atendendo aos municípios de América Dourada, Central, Irecê, João Dourado, Jussara, São Gabriel e Itaguaçu da Bahia. O empreendimento foi a alternativa encontrada para o atendimento à região, que sofria com a diminuição continuada dos níveis do lago da barragem de Mirorós, que abastece a área desde 1994. Com investimento de R\$ 188 milhões, a obra conta com 132 km de extensão. A água é captada em um braço do rio São Francisco, na localidade de Nova Iguaçu, no município de Rique-Xique, e tratada na estação de tratamento em Rio Verde, no município de Itaguaçu da Bahia. A Estação de Tratamento, capaz de produzir 750 litros de água por segundo, possui três módulos de tratamento e permite o reaproveitamento de toda a água que entra na estação.

A 2ª etapa da obra da Adutora do Algodão e do sistema integrado de abastecimento de água (SIAA) de Guanambi, uma das principais obras do Programa Água para Todos (PAT), orçada em R\$ 48,1 milhões, está dividida em três fases. A primeira vai beneficiar os habitantes das sedes de Caetité, Lagoa Real e Rio do Antônio e das localidades de Mânica e Morrinhos. Serão cerca de 83 km de adutoras. Na segunda fase, o sistema será ampliado para Ibitira e Lagoa Real, com a implantação de mais 74,5 km de adutora. A última fase contemplará 32 pequenas localidades, com a construção de 90,3 km de redes de distribuição.

4.3 INVESTIMENTOS REALIZADOS NA BAÍA DE TODOS SANTOS

O Programa Água para Todos tem uma frente de ação voltada para a despoluição da Baía de Todos os Santos – BTS por meio da ampliação e implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios que se encontram no entorno da baía ou em sua área de influência, como é o caso dos municípios situados na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. A EMBASA está com obras de esgotamento sanitário em 13 cidades. Muitas delas já foram concluídas, beneficiando municípios como Muritiba, Madre de Deus, São Félix, Itaparica e a ilha de Bom Jesus dos Passos (Salvador), e outras estão em andamento, como São Francisco do Conde, Candéias, Santo Amaro, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Simões Filho, Vera Cruz e a Ilha dos Frades (Salvador). O investimento é de R\$ 275,7 milhões e vai contribuir para a despoluição das águas da baía. A BTS é considerada a maior do Brasil e a segunda maior do mundo. Em 1.052 km² de área estão localizadas 56 ilhas de diversos tamanhos. A região da baía acolhe 13 municípios em seu entorno. Ela pode ser entendida como um grande complexo estuarino que recebe contribuições significativas dos rios Paraguaçu, Subaé, Jaguaripe e da Dona, além dos inúmeros afluentes de menor porte que nela deságuam.

4.4 INVESTIMENTOS EM SALVADOR

Em setembro de 2013, a EMBASA realizou o entroncamento das novas adutoras de água bruta e de água tratada, que foram duplicadas, ao sistema integrado de abastecimento de água de Salvador e região metropolitana (RMS). Com o funcionamento dos dois equipamentos, houve um incremento na oferta de água da ordem de 30% na capital baiana, beneficiando principalmente a região dos subúrbios rodoviário e ferroviário.

Além da duplicação de trechos das duas adutoras, a EMBASA realizou a ampliação da estação de tratamento de água (ETA) Principal, localizada no município de Candéias. Os três empreendimentos contaram com investimentos da ordem de R\$ 75 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Saneamento e da própria EMBASA. Os 6 km de adutora de água bruta, com quase dois metros de diâmetro, aduzem água da barragem Joanes II para a ETA Principal.

A capacidade de adução com os equipamentos instalados passou de 2,0 para 5,82 m³/s. Para transportar esse volume de água adicional produzido na ETA Principal, trechos da adutora de água tratada, com diâmetros que variam de 1,6 a 2,3 metros, foram duplicados para o centro de reservação do Cabula.

Estão previstos investimentos de mais de R\$ 1,1 bilhão na capital baiana, sendo R\$ 334 milhões em obras de melhorias no sistema de abastecimento de água e mais R\$ 804 milhões em esgotamento sanitário. Entre dezembro de 2006 e dezembro de 2013, a empresa executou mais de 115 mil ligações de água e 190 mil ligações de esgoto na cidade de Salvador. O sistema integrado de abastecimento de água de Salvador atende à capital baiana e aos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Candéias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro e Saubara. A integração da infraestrutura de abastecimento para atender a esses municípios é necessária porque boa parte dos pontos de captação de água para tratamento e distribuição encontra-se fora do perímetro de Salvador.

Da barragem de Pedra do Cavalo, a 120 km da capital baiana, a água bruta segue por adutora até a ETA Principal, situada em Candéias, que também recebe água da barragem Joanes II. Outras captações são feitas nas barragens Joanes I e Ipitanga I e a água desses mananciais é tratada, em Salvador, nas estações Teodoro Sampaio e Vieira de Melo. Formada, também, por adutoras de água bruta e água tratada, 25 reservatórios e uma rede distribuidora com 5,5 km, essa estrutura distribui, em média, 10,5 mil litros por segundo para abastecer cerca de 1,16 milhão de imóveis em Salvador. Por isso, desde 2007, a EMBASA vem desenvolvendo ações de melhoria e ampliação da infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Salvador e, até 2014, serão investidos R\$ 334 milhões. Desse total, cerca de R\$ 266 milhões são destinados a ações estruturantes.

Atualmente, em Salvador, a EMBASA dispõe de um sistema de esgotamento sanitário que possui uma rede coletora de 3.678 km de extensão, com cerca de 461 mil ligações. Dessas, 190,4 mil foram realizadas entre janeiro de 2007 e dezembro de 2013. Por meio do Programa Água para Todos, a empresa vem desenvolvendo ações que, programadas até 2014, envolvem recursos da ordem de R\$ 804 milhões, em investimentos voltados à ampliação do sistema de esgotamento sanitário da cidade.



Capital Autorizado: R\$ 5.664.000.000,00
Capital Integralizado: R\$ 3.961.996.397,88

CONTINUAÇÃO

uma parcela de 7,45%, desconsiderando o resíduo oriundo da revisão tarifária de 2009, o que resultou em 13,64%.

Pensando na ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços, esse reajuste não foi aplicado de modo linear (igualmente distribuído), mas impondo reajustes menores às categorias/subcategorias e faixas de consumo de menor poder aquisitivo.

O valor de 8,68%, que seria o reajuste linear deste ano, caso não fosse necessária uma revisão extraordinária, foi adotado como uma espécie de "piso" para o reajuste das diversas categorias, subcategorias e faixas de consumo.

A Resolução nº 002/2011, de 30 de março de 2011, da CORESAB, aprovou o reajuste tarifário extraordinário (média de 13,64%) com vigência a partir de 1 de maio de 2011, ainda assim situando a EMBASA no rol das empresas nacionais de saneamento com tarifas mais acessíveis, com relação aos consumos mínimos residenciais.

Em 2012, através de resolução do ente regulador, foi concedido à EMBASA um reajuste tarifário de 7,58% (IRT) mais 5,31% referente à segunda parcela da revisão extraordinária de 2011, perfazendo um total de 12,89%.

Em 2013, por força da resolução AGERSA nº 05/2013 foi concedido o reajuste de 9,8%, entrando em vigor a partir dos consumos de junho/2013, sendo o referido reajuste composto de: (7,6% IRT e parcela extraordinária de 7,45% com os redutores 2,11% resultante do desempenho dos indicadores de monitoramento acordado com a EMBASA, além de um redutor adicional de 3,17% em face de evento imprevisível de estiagem que assola o estado da Bahia).

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação acima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos renda fixa. Por outro lado seus passivos possuem taxas de juros prefixadas na contratação, não sofrendo portanto oscilações decorrentes de mudanças de políticas públicas ou variações de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio da moeda estrangeira sobre o financiamento com o BID. A Administração entende que não existe caixa exposto em moeda estrangeira, em razão das amortizações de principal e juros sobre os financiamentos do BID serem convertidos em adiantamento para aumento de capital, conforme nota explicativa nº 35, e por essa razão, não fez coberturas adicionais ao risco de taxas de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que tem vencimento de menos de 1 ano e das garantias concedidas aos empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na nota explicativa nº 15. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano.

Análise de sensibilidade

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou um cenário remoto de variação das taxas de câmbio. Tal taxa foi estressada em 5%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração:

Cenário para o Dólar x Real

Provável R\$ 2,34	Possível R\$ 2,46	Remoto R\$ 2,23
----------------------	----------------------	--------------------

Impactos na posição patrimonial dos saldos atrelados a moeda estrangeira				
Operação	Redução das obrigações atreladas a moeda estrangeira	Cenários		
		Provável	Possível	Remoto
Financiamento Externo BID	Redução das taxas frente ao Real	238.271	250.212	226.818

Se o cenário possível vier a se confirmar, resultará num impacto negativo de R\$ 11.941 no resultado da Companhia.

31 Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar no montante de R\$ 11.753 e base negativa de contribuição social no montante R\$ 41.836. No ano de 2012 os referidos saldos foram compensados com os valores devidos, conforme explicitado no quadro da nota explicativa nº 29.

32 Remuneração dos empregados

Honorários da administração

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no valor de R\$ 3.055 (R\$ 3.037 em 2012) à sua administração, representada pelos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e de Administração, pelos serviços prestados no exercício.

Participação dos empregados no resultado

A administração da Companhia distribuiu a seus empregados uma remuneração adicional, intitulado PPR – Programa de Participação nos Resultados. A apuração do PPR é realizada com base em um conjunto de indicadores. Ver movimentação abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2013	27.662
Pagamento da PPR 2012	(26.382)
Reversão PPR 2012	(1.280)
Constituição da provisão referente da PPR de 2013	29.814
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.814

10 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

12 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, submetem os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Manuel Ribeiro Filho Membro Titular - Presidente CPF 046.212.715-04	Abelardo de Oliveira Filho Membro Titular - Vice-Presidente CPF 096.009.905-06
Luiz Antonio Souza Teles Membro do Conselho CPF 081.795.575-53	Carlos Palma de Mello Membro do Conselho CPF 651.360.555-53
Adolpho Ribeiro Schindler Netto Membro do Conselho CPF 168.895.255-15	Salomão Miguel de Souza Membro do Conselho CPF 112.663.171-04
Washington Luis Silva Couto Membro do Conselho CPF 656.365.545-91	

33 Plano previdenciário

A Companhia patrocinadora o plano de pensão para seus empregados, o qual inclui os planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA, entidade fechada de previdência complementar. O objetivo é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social, através do recebimento de contribuições da patrocinadora, que no exercício 2013 totalizaram R\$ 13.723 (R\$ 12.403 em 2012).

Conforme requerido pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados, a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2013, o Plano de Benefícios Previdenciários da FABASA, referente ao plano de benefício definido, por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu seu Parecer Atuarial em 17 de março de 2014, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, conforme detalhado abaixo:

	2013	2012
Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	66.175	52.192
Custo do serviço corrente bruto	96	84
Custo dos juros	4.882	4.862
(Ganho) perda atuarial na evolução da obrigação atuarial do Plano	(15.092)	13.556
Benefícios pagos	(4.490)	(4.519)

Valor das obrigações calculadas no final do ano

	2013	2012
Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	(62.568)	(50.526)
Contribuições do empregador	(151)	(171)
Contribuições esperadas do empregado	(50)	(68)
Rendimento ocorrido dos investimentos	(4.607)	(4.703)
(Ganho) perda na evolução do Ativo do Plano	10.951	(11.619)
Benefícios pagos	4.489	4.519

Valor justo dos ativos no final do ano

	(51.936)	(62.568)
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
Valor presente das obrigações atuariais	51.571	66.175
Valor justo dos ativos do plano	(51.936)	(62.568)
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	(365)	3.607
(-) Efeito do limite relativo ao Asset Ceiling	365	-
Valor do Passivo/(Ativo)	-	3.607

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

Premissas atuarias	% (a.a)
Taxa de desconto em 31/12/2013	10,76
Taxa de rendimentos esperada sobre os ativos do plano em 31/12/2013	10,76
Aumentos salariais futuros	7,12
Aumentos futuros de benefícios	4,00

Os valores justos dos ativos do plano foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício.

As demonstrações financeiras da FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram examinadas por auditores independentes, que sobre elas emitiram relatório que não conteve modificação, datado de 14 de fevereiro de 2014, o qual apontou déficit técnico acumulado nas suas reservas no valor de R\$ 4.005 (superávit técnico acumulado de R\$ 45 em 2012).

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão atuarial/ativo financeiro da Companhia no exercício:

	Obrigações atuarias	Ativo financeiro do plano	Saldo
Saldos em 1º de janeiro de 2013	(66.175)	62.568	(3.607)
Ganho atuarial	15.092	-	15.092
Perda na avaliação dos ativos	-	(10.951)	(10.951)
Custo dos juros	(4.882)	-	(4.882)
Rendimentos dos investimentos	-	4.607	4.607
Benefícios pagos	4.490	(4.490)	-
Outros	(96)	202	106
Subtotal	(51.571)	51.936	365
Efeito da restrição do ativo	-	(365)	(365)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(51.571)	51.571	-

O ativo financeiro do plano gerado em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 365 foi reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial em função do efeito da restrição do ativo por conta do déficit técnico acumulado nas demonstrações financeiras da FABASA neste exercício.

34 Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para eventuais riscos operacionais (incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone) para a unidade de tecnologia, no montante de R\$ 12.050.

35 Informação adicional à demonstração do fluxo de caixa

Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A amortização, incluindo principal e juros, referente ao financiamento externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, correspondente ao valor de R\$ 34.906 (R\$ 30.052 em 2012) foram contabilizadas no exercício de 2013 como crédito de adiantamento para futuro aumento de capital do acionista, Governo do Estado da Bahia, conforme previsto na cláusula quinta, parágrafo segundo do convênio firmado entre este e a Companhia.

Reconhecimento de obrigações atuariais/ativo financeiro do plano no montante de R\$ 0 em 2013 (R\$ 3.607 em 2012).

36 Desapropriações

Os compromissos mais representativos da Companhia com desapropriações ou servidões

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 21 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA 017826/O-4

DIRETORIA EXECUTIVA

Abelardo de Oliveira Filho
Presidente
CPF 096.009.905-06

Dilemar Oliveira Matos
Diretor Financeiro e Comercial
CPF 065.352.245-20

Belarmino de Castro Dourado
Diretor de Gestão Corporativa
CPF 079.172.445-04

Carlos Alberto Pontes de Souza
Diretor de Operação e Expansão da Região Sul
CPF 114.258.065-20

Rita de Cássia Sarmento Bonfim
Diretora de Operação e Expansão da Região Norte
CPF 405.895.875-87

César Silva Ramos
Diretor Técnico e de Sustentabilidade
CPF 615.523.305-59

Carlos Ramirez Magalhães Brandão
Diretor de Operação e Expansão - RMS
CPF 248.635.305-44

CONTADORES

Adilson Ramos da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
CRC PE-015922/O-3

Isilda dos Santos de Oliveira Dias
Gerente da Divisão de Contabilidade Geral
CRC BA-011785/O-2

ocorreram a partir de 2009, decorrentes da execução de obras relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Os desembolsos totalizaram em 2013 R\$ 1.061 (R\$ 2.919 em 2012).

37 Segmentos operacionais

Divulgamos abaixo, o resultado de 2013, pelos grandes grupos operacionais da Companhia, quais sejam água e esgoto.

	Água	Esgoto	Total Geral
Receita Operacional	1.420.678	477.795	1.898.473
Receita de Construção	402.734	146.848	549.582
Receita Operacional Líquida	1.823.411	624.643	2.448.054
Serviços prestados	(921.713)	(380.746)	(1.302.459)
Custo de construção	(398.423)	(145.277)	(543.700)
Custos de Serviços prestados	(1.320.136)	(526.022)	(1.846.158)
Lucro Bruto	503.275	98.621	601.896

(Despesas) receitas operacionais

Gerais e administrativas	(246.984)	(90.057)	(337.041)
Comerciais	(169.195)	(9.776)	(178.971)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(8.072)	(2.279)	(10.351)
	(424.251)	(102.112)	(526.363)

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras 79.024 (3.491) 75.533

Receitas financeiras 133.742 32.850 166.592

Despesas financeiras (77.572) (28.162) (105.734)

Receitas (despesas) financeiras, líquidas 56.170 4.688 60.858

Resultado antes do IRPJ e CSLL 135.194 1.197 136.391

Imposto de renda e contribuição social – corrente (69.665) (25.402) (95.067)

Imposto de renda e contribuição social - diferido 26.000 9.480 35.480

(43.665) (15.922) (59.587)

Resultado do exercício 91.529 (14.725) 76.804

38 Outras informações

Contrato de Concessão Administrativa

A EMBASA promoveu procedimento licitatório para a contratação de uma PPP administrativa objetivando a construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, sagrando-se vencedor o Consórcio formado pela Construtora Norberto Odebrecht S/A e pela Odebrecht Investimento em Infraestrutura Ltda. Em 27/12/2006 foi celebrado o contrato de parceria público-privada do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe – SDOJ com a SPE Concessionária Jaguaribe S/A, que cedeu direitos e transferiu obrigações do Contrato à SPE Jaguaribe Construção e Locação S/A, sua subsidiária integral, instituída em 29/04/2008 para viabilizar o financiamento. Os recursos para a execução da obra foram provenientes de financiamento contraído diretamente pela Concessionária Jaguaribe Construção e Locação S/A junto à Caixa Econômica Federal – CEF e lastreado em contas da EMBASA contra clientes (recebíveis). Assim, o pagamento da contraprestação é realizado por meio de uma estrutura de cessão de recebíveis (contas de consumidores) da companhia. A entrada em operação do emissário submarino ocorreu no primeiro semestre de 2011.

A PPP pactuada, por definição do edital de licitação, é do tipo concessão administrativa, que é aquela, em que o ente público é o usuário direto ou indireto dos serviços e, portanto, o risco de demanda foi assumido pelo ente público (EMBASA).

A companhia procedeu aos registros contábeis iniciais da referida operação de PPP, segundo o entendimento de que, por se tratar de uma Sociedade Anônima de economia mista não dependente, estaria contabilmente vinculada à Lei 6404/76 (Lei das S/A). Entretanto, a Secretaria do Tesouro Nacional, que nos termos da Lei das PPPs coube editar normas gerais relativas à consolidação das contas públicas aplicáveis aos contratos de parceria público-privada (art. 25), elaborou e publicou em 06/08/2009 a Portaria n.º 467 de observância obrigatória pelas entidades públicas e em especial para o Estado a partir de 2012. Ainda assim, interpretou a EMBASA, que por ser empresa não dependente sob o aspecto fiscal, a Portaria da STN não alcançava e, portanto, elaborou as Demonstrações Financeiras sem levar em conta a citada Portaria da STN.

Entretanto, tendo em vista a recente internacionalização das normas contábeis brasileiras, inclusive no que se refere à contabilidade pública, bem como suportado pelo resultado da modelagem financeira efetuada por consultoria especializada quando do início do referido projeto a administração decidiu por realizar estudos para reavaliar a política de contabilização atualmente adotada para a PPP. Haverá ainda até o segundo trimestre de 2014 um posicionamento definitivo e formal da EMBASA, a ser respaldado pelos seus auditores externos, quanto à observância da Portaria n.º 467/2009 da STN ou outra que a suceda, submetendo tais procedimentos contábeis (financeiros e patrimoniais) aos Conselhos de Administração e Fiscal para aprovação.

Compromissos futuros

A Companhia entende que terá que adequar os seus planos de investimentos prevendo os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, inclusive se atendo às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços que estarão comprometidos nas renovações futuras dos contratos programas nos prazos a serem estabelecidos, identificando possíveis fontes de financiamento, considerando inclusive, a revisão dos planos periodicamente em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

11 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo: o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado complementadas por Notas Explicativas.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 21/03/2013 resolvem:

a) Das Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/13:

opinar favoravelmente e submeter à apreciação e aprovação dos Acionistas as referidas peças por representarem a efetiva situação econômico-financeira e patrimonial da EMBASA;

b) Da modificação do Capital Social;

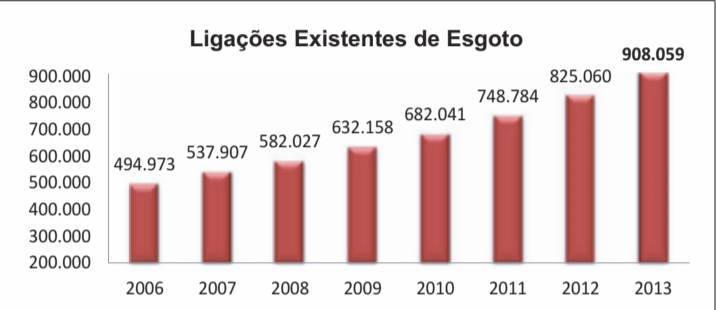


CONTINUAÇÃO

As frentes de trabalho estão atuando no aumento do número de ligações em imóveis situados nas 28 bacias sanitárias já existentes em Salvador e na construção de três novas bacias sanitárias. Com relação ao adensamento, a EMBASA investirá, até 2014, R\$ 238,8 milhões em novas ligações. Já a implantação das três novas bacias sanitárias de Salvador, no valor de R\$ 124,5 milhões, vai beneficiar mais de 300 mil pessoas que moram em bairros densamente povoados como Águas Claras, Cajazeiras, Sete de Abril, São Marcos, Trobogy e Canabrava. Depois de coletados, os efluentes destas novas bacias serão conduzidos até a estação de condicionamento prévio do novo emissário da Boca do Rio.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

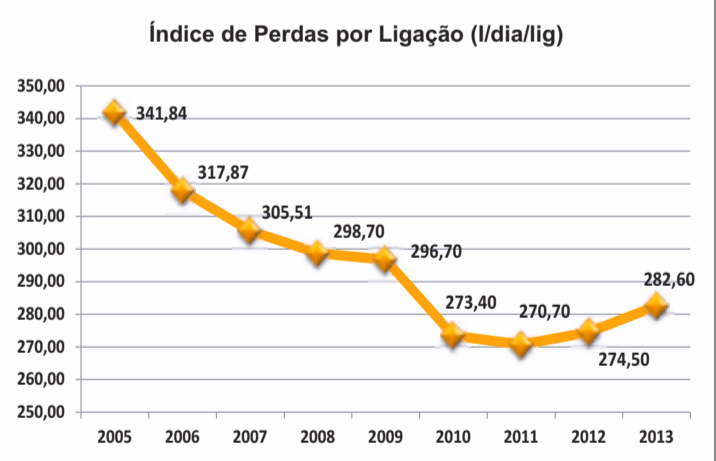
Em 2013, foram implantadas no Estado da Bahia 130.981 mil novas ligações de água e 82.999 mil novas ligações de esgoto. Considerando o período de 2007 a 2013, foram executadas 832.191 mil ligações de água e 413.081 mil ligações de esgoto, o que equivale a mais de 1 milhão de imóveis conectados à rede de água e mais de 570 mil ligados à rede de esgoto.



São atendidas com abastecimento de água cerca de 3,49 milhões de residências, destas, aproximadamente 1,26 milhões são servidas com esgotamento sanitário.



Como reflexo da melhora na gestão dos processos de operação, foi reduzido em 17,33% o índice de perdas por ligação, desde o ano de 2005.



5.2 MICROMEDIÇÃO

Ao longo dos anos, a EMBASA tem alcançado resultados significativos em desempenho operacional devido ao investimento em sistemas e processos mais eficazes e à qualificação de seus empregados. O esforço aplicado resulta em melhor desempenho econômico-financeiro e eleva a qualidade dos serviços oferecidos à população, sempre de maneira sustentável. No ano de 2013 foram realizadas diversas atividades previstas no Projeto de Melhoria do Parque de Hidrômetros. Este projeto integra o Programa de Desenvolvimento Operacional (PDO) para o período de 2010-2013 e foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (contrato nº 09.2.1537.1), com investimento total previsto da ordem de R\$ 63 milhões. Em 2013, a EMBASA investiu cerca de R\$ 30 milhões para aquisição de 299 mil hidrômetros e aplicação em ligações novas ou existentes sem hidrômetros ou em manutenção. Como Resultados Alcançados, podem ser citados: 1- Em dezembro de 2013 a EMBASA alcançou índice Mensal de Hidrometração igual a 96,8%; 2- O índice de hidrometração, conforme cálculo do Acordo de Melhoria de Desempenho (AMD), em dezembro de 2013, nos SAAs operados pela EMBASA foi de 96,4%, superando a meta em relação ao estabelecido no AMD para dezembro de 2013 (94,4%); 3- Na área de manutenção foi reduzida a idade média do parque de hidrômetros de 6,3 anos, em 2008, para (cinco) anos em 2012 e conservada esta idade em 2013. A meta é manter esta vida média após 2013 e ter hidrômetros em funcionamento com o volume registrado acumulado inferior a 2.000 m³.

5.3 MACROMEDIÇÃO E PITOMETRIA

O controle de pressão em uma rede de distribuição de água é de singular importância para a entrega de serviços de excelência, por permitir um controle operacional melhor da distribuição contribuindo de modo eficaz para a continuidade e qualidade do abastecimento de água. No ano de 2013 foram realizados investimentos da ordem de R\$ 3,9 milhões na aquisição de Macromedidores de vazão e pressão e de diversos equipamentos para Pitometria alcançando os seguintes resultados:

- Índice de Macromedidação mensal, dezembro 2013, nos Sistemas de Abastecimento de Água operados pela EMBASA;
- Volume Produzido de Água Tratada – 98,2%;
- Volume Captado de Água Bruta – 61,5%;
- Volume Aduzido de Água Bruta – 76,1%.

5.4 - AVALIAÇÃO DE INDICADORES E METAS

5.4.1 Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD

Para garantir a sustentabilidade financeira de seus processos é objetivo de todas as organizações comprometidas em promover melhorias no atendimento das demandas da sociedade, as quais se refletem nos indicadores que medem estes efeitos. Em maio de 2008, a EMBASA e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, com intervenção da Caixa Econômica Federal, assinaram um Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD, que definiu metas de desempenho institucional até 2013. O objetivo do acordo foi fomentar a eficiência, a eficácia e a qualidade na prestação dos ser-

viços de saneamento básico. Em 22 de agosto de 2012, foi assinado o segundo aditivo desse acordo, o qual contém metas de desempenho até o ano de 2016. Dos resultados alcançados no referido acordo resalta-se no aspecto financeiro, o indicador índice de suficiência de caixa e no aspecto operacional, os indicadores: índice de hidrometração, índice de macromedidação e índice de produtividade de pessoal total, entre os quais este último superou a estimativa do AMD.

Quadro 02 – Indicadores definidos no Acordo de Melhoria de Desempenho – Ministério das Cidades - AMD

Indicadores definidos no Acordo de Melhoria de Desempenho – Ministério das Cidades - AMD

Aspecto	Item	Indicador	Sentido	Unidade	2012		2013	
					Meta	Resultado	Meta	Resultado
Financeiro	1	Indicador de suficiência de caixa	▲	%	115	118,1	115	117,4
	2	Índice de evasão de receitas	▼	%	5	7	5	7,7
	3	Dias de faturamento comprometidos com contas a receber	▼	Dia	92	98,8	90	96
Operacional	4	Índices de perdas por ligação	▼	l/(dia. lig.)	256,4	274,9	250	282,4
	5	Índice de perdas de faturamento	▼	%	26	26,3	25	26,3
	6	Índices de hidrometração	▲	%	98,4	95,4	94,4	96,4
	7	Índice de macromedidação	▲	%	95	98,7	95	98,5
	8	Índice de produtividade de pessoal total (equivalente)	▲	Ligações /empregado	250	363	250	372

Fonte: Acordo de melhoria de desempenho nº 1263/2012 – 2º Aditivo

5.4.2 Indicadores do Planejamento Estratégico

A EMBASA utiliza a metodologia do Balanced Score Card - BSC para a concepção, execução e monitoramento da estratégia. Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2012-2015 foram definidos indicadores e metas que deverão mensurar e indicar se os Objetivos Estratégicos estão sendo atingidos. Os indicadores permitem analisar se as ações estruturantes definidas no planejamento estão gerando os resultados esperados, assim como repensar formas de melhoria contínua dos processos organizacionais, sendo importantes fontes de informação para o processo de tomada de decisão. Vale destacar que as metas dos indicadores estratégicos representam um pacto com os gestores e empregados responsáveis de cada área da EMBASA.

Quadro 03 – Indicadores de Avaliação do Planejamento Estratégico

RESULTADOS DOS INDICADORES					
Tema do Planejamento Estratégico 2012-2015	INDICADOR	Meta 2012	2012	Meta 2013	2013
Ampliação do atendimento	Atendimento de água na área de atuação* (%)	73,84	75,07	76,5	86,15
	Atendimento de esgoto na área de atuação* (%)	28,16	26,17	31,39	31,2
	Acrescimento de ligações de água(un)	110.000	128.435	125.000	130.981
	Acrescimento de ligações de esgoto (un)	90.000	76.276	107.949	82.999
Equilíbrio Econômico Financeiro	Índice de eficiência operacional	1,29	1,25	1,34	1,35
	Índice de eficiência empresarial acrescido de investimentos	Sem resultado no BSC	Sem resultado no BSC	0,98	1
	Índice de eficiência empresarial	Sem resultado no BSC	Sem resultado no BSC	1,14	1,15
	Índice de saldo de contas a receber	Sem resultado no BSC	Sem resultado no BSC	-15,73	-13,1
	Índice de arrecadação (%)	Sem resultado no BSC	Sem resultado no BSC	91	88,53
	Receita Operacional (x1000.000)	1.971,30	1.907,42	2.102,29	2.082,41
	Dex por faturamento	0,72	0,77	0,74	0,73
	Águas não faturadas(%)	26	26,3	25	26,3
	* Índice de perdas por ligação l/(dia. lig)	256,4	274,5	250	282,6

* Indicador calculado com referência ao valor acumulado nos 12 meses.

Os indicadores Índice de eficiência empresarial acrescido de investimentos e Índice de eficiência empresarial só entraram no BSC em 2013. Os indicadores Índice de saldo de contas a receber e Índice de arrecadação (%) só geraram resultados em 2013.

5.4.3 Indicadores de avaliação da AGERSA

Quadro 04 - Indicadores pactuados com a Agência Reguladora

METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO REALIZADOS NO ANO 2012

Indicadores	Fórmula	Unidade	2012	2011
Satisfação dos usuários	Pesquisa externa (média ponderada dos fatores de satisfação)	%	Meta 74 Realizado 70	73
Índice de esgotamento sanitário	Nº de economias residenciais urbanas e rurais atendidas com esgoto na área de atuação	%	Meta 26,90 Realizado 26,17	25,09
	Nº total de domicílios urbanos e rurais na área de atuação	%	26,17	24,00
Índice de atendimento de água	Nº de economias residenciais urbanas e rurais atendidas com água na área de atuação	%	Meta 71,30 Realizado 75,07	71,34
	Nº total de domicílios urbanos e rurais na área de atuação	%	75,07	71,89
Eficiência Operacional	Valor arrecadado (R\$)	-	Meta 1.290 Realizado 1.254	1.280
	Gastos desembolsáveis com recursos próprios (R\$)	-	1.254	1.224
Perdas por Ligação	Volume de água disponibilizado p/ dia	l/dia/lig	Meta 260,0 Realizado 274,9	265,0
	Volume de água consumido p/ dia	l/dia/lig	274,9	270,7
Conformidade da Água Distribuída	Média ponderada do percentual das amostras que atendem ao padrão definido na Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde	%	Meta 98,00 Realizado 98,75	98,00
	Qtd de ligações ativas de água micromedidas	%	Meta 93,0 Realizado 95,4	92,0
Hidrometração	Qtd de novas ligações de água implantadas - Qtd de ligações existentes excluídas	un	Meta 110.000 Realizado 128.435	100.000
	Qtd de novas ligações de esgoto implantadas	un	Meta 90.000 Realizado 76.276	80.000
Investimentos realizados (R\$mil)	Recursos próprios + Recursos externos onerosos e não onerosos	R\$	Meta 422.000 Realizado 673.325	412.000
			422.000	489.559

Fontes: Resoluções CORESAB 004/2011, 001/2012 e 002/2012 e Resolução AGERSA 005/2013

Esses indicadores são utilizados para revisão e reajuste tarifário, apresentados a AGERSA para cálculo de tarifa que garanta a universalização com equilíbrio econômico financeiro. Cabe às agências reguladoras, no exercício de sua função, definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços. A Agência Reguladora do Estado da Bahia – AGERSA com base em estudo que objetivou atingir metas de universalização dos serviços de água e esgoto definiu em 2011, um incremento real de tarifa de 7,45% nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, chamada de parcela de revisão

extraordinária.

Em 2013, através de resolução do Ente Regulador, foi concedido à EMBASA um reajuste tarifário de 7,63% (IRT) mais 5,338% referente à terceira parcela da revisão extraordinária de 2011, perfazendo um quantum de 12,97%. Mas em razão dos efeitos da seca no ano, esse reajuste foi minimizado ao patamar de 9,80%. A concessão da parcela integral da revisão extraordinária de 2011, qual seja 7,45%, ficou sujeita à aplicação de índice redutor. Os valores realizados em 2012 dos indicadores acima listados foram comparados às suas respectivas metas anuais, obtendo-se os percentuais de desempenho que, através da ponderação estabelecida, condicionaram o cálculo do índice redutor aplicado na parcela remanescente anual da revisão extraordinária prevista (Resolução AGERSA 005/2013).

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Nessa perspectiva é possível verificar se a estratégia da organização está contribuindo para a sua sustentabilidade e, com isso, para a concretização dos objetivos voltados à sociedade.

6.1.1 Indicadores econômico-financeiros

As análises que se seguem – excetuando aquelas relativas ao resultado do exercício – serão conduzidas desconsiderando os efeitos da receita e custos de construção, concentrando-se exclusivamente nas receitas e gastos oriundos da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita e os custos de construção, introduzidos nas demonstrações financeiras da EMBASA desde 2009, por força de pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC têm um impacto líquido de pequena monta no resultado final, conforme mostrado no quadro a seguir, mas a Administração entende que não se coadunam com a análise histórica do desempenho econômico-financeiro da entidade.

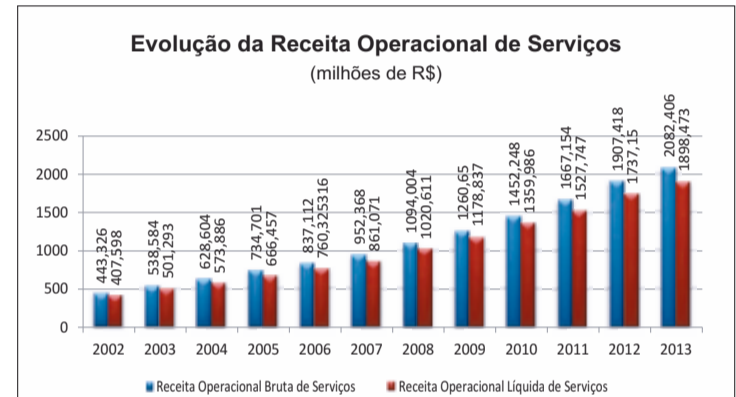
Quadro 05 - Receita e os Custos de Construção

DISCRIMINAÇÃO	2013	2012	2011	2010	2009
Receitas de Construção	549.582	639.392	397.085	645.191	453.967
Custos de Construção	(543.700)	(632.234)	(393.001)	(636.758)	(447.507)
Receita de Construção Líquida	5.882	7.158	4.084	8.433	6.060

Em mil R\$

As demonstrações financeiras da Empresa indicam a continuidade do crescimento da receita bruta, assim como da receita líquida. A receita operacional bruta de serviços atingiu 2,082 bilhões de reais, 9,2% superior ao 1,907 bilhão alcançado em 2012. A receita operacional líquida de serviços alcançou 1,898 bilhão de reais, 9,3% acima do 1,737 bilhão de reais registrado no exercício anterior. Contribuíram para esse resultado o incremento de 1,16% no volume faturado de água e 5,35% no volume faturado de esgoto, totalizando um aumento global de 2,34%, resultante do faturamento das novas ligações executadas no período (131 mil de água e 83 mil de esgoto) e de ações visando aumentar o nível e a eficiência da hidrometração, além dos incrementos tarifários médios de 12,89% e 9,80%, com vigência, respectivamente, a partir dos meses de maio/2012 e junho/2013, conforme tratado no item 5.4.3 (Indicadores de Avaliação da AGERSA), deste relatório e que se refletem no faturamento dos meses subsequentes.

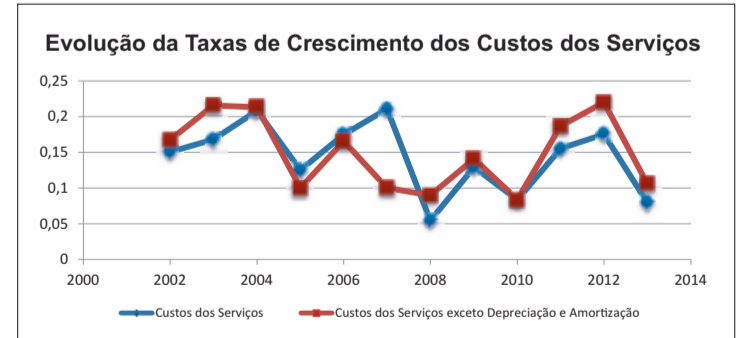
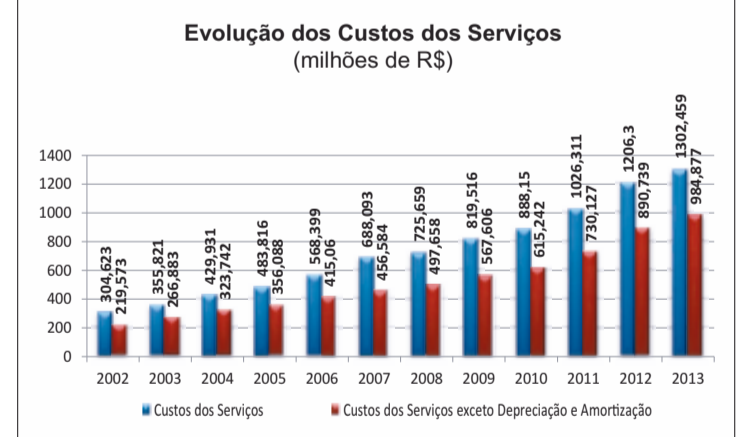
No gráfico a seguir, mostrando a evolução da receita operacional bruta e líquida de serviços, os valores da receita operacional líquida de serviços dos anos de 2008 a 2010 foram ajustados, para refletir um novo critério de demonstração do crédito presumido do ICMS a que a Empresa tem direito. Anteriormente incluído na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", passou a figurar em "Impostos sobre vendas". É digno de registro o fato de, por força da Lei Estadual nº 12.811, de 13 de maio de 2013, ter deixado de haver incidência de ICMS sobre o fornecimento de água canalizada.



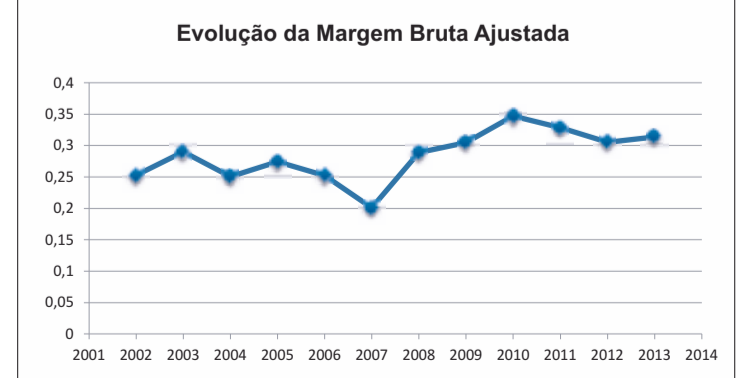
Os custos dos serviços apresentaram um incremento de 8,0%, motivado pelos seguintes fatores principais:

- a) a continuidade do processo de contratação de empregados aprovados no último concurso público;
- b) o reajuste salarial de 7,16% a partir de maio/2013 (variação em 12 meses do INPC, em abril/2013);
- c) o incremento de despesas com incentivo à aposentadoria, decorrente da política de redução de custos em andamento;
- d) o aumento geral de custos decorrente da expansão do atendimento para as áreas rurais e da prolongada estiagem que assola o Estado.

Para fins de apresentação gráfica da evolução dos custos dos serviços ao longo de um período maior, são apresentados tanto seus valores totais quanto sem a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, com o intuito de retirar o impacto da reavaliação do ativo imobilizado ocorrida a partir de setembro de 2006, com efeito pleno em 2007.



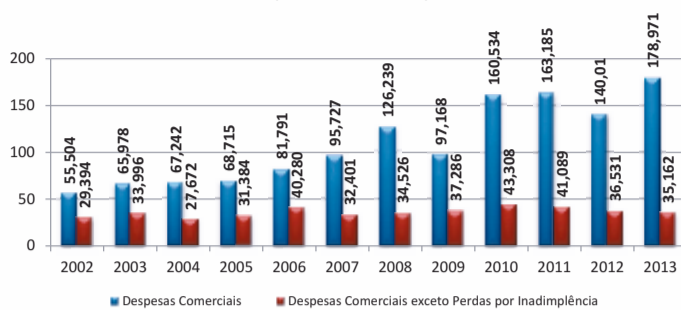
A diminuição do aumento percentual dos custos dos serviços, em relação aos dois exercícios anteriores, propiciou uma pequena recuperação da margem bruta ajustada (relação entre o lucro bruto e a receita operacional líquida, sem considerar a receita e custos de construção).



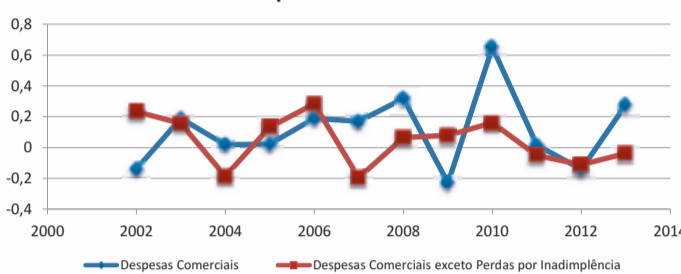


CONTINUAÇÃO

Evolução das Despesas Comerciais (milhões de R\$)



Evolução das Taxas de Crescimento das Despesas Comerciais

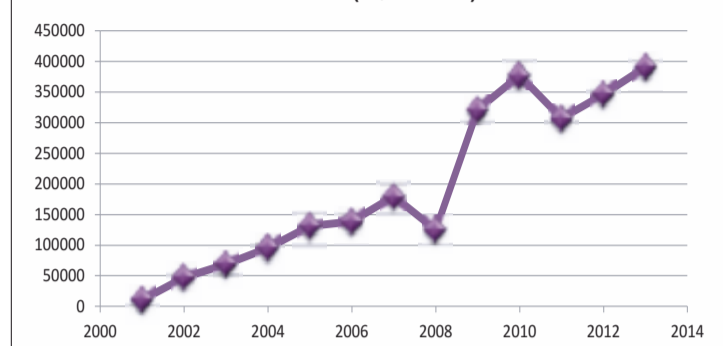


O LAJIDA (ou EBITDA, na sigla em inglês), indicador que representa o resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, dos impostos sobre o lucro, das depreciações e amortizações, refletindo a geração operacional de caixa, alcançou no período o valor de 391,3 milhões de reais, apresentando um acréscimo de 13,0% em relação ao exercício anterior (346,2 milhões de reais), tendo a margem EBITDA (relação entre o EBITDA e a receita operacional líquida) passado de 20% para 21%. Conforme já registrado, o EBITDA e a margem EBITDA estão sendo apresentados desconsiderando os efeitos da receita e custos de construção. O quadro e os gráficos a seguir mostram a evolução desse indicador nos últimos anos.

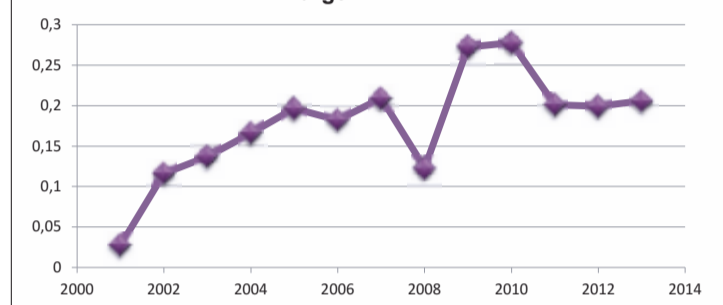
Quadro 07 – Evolução do EBITDA

	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
EBITDA (R\$ x 1.000)	391.299	346.221	306.907	377.654	321.107	125.289	180.163	138.524	131.013	95.255	68.691	47.385	10.355
% de Acréscimo	13,0%	12,8%	-18,7%	17,6%	156,3%	-30,5%	30,1%	5,7%	37,5%	38,7%	45,0%	357,6%	
Margem EBITDA	21%	20%	20%	28%	27%	12%	21%	18%	20%	17%	14%	12%	3%

EBITDA (R\$ x 1.000)



Margem EBITDA



Os índices de endividamento da Empresa continuam em patamares confortáveis, a despeito dos novos financiamentos contratados com a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Na tabela representativa da evolução do endividamento, foi efetuada uma alteração no cálculo da Dívida Líquida, desconsiderando as Aplicações Financeiras Vinculadas. Isso influenciou os valores desse indicador e da relação "Dívida Líquida / EBITDA", em relação aos anteriormente informados, de 2010 a 2012.

Quadro 08 – Evolução do Endividamento

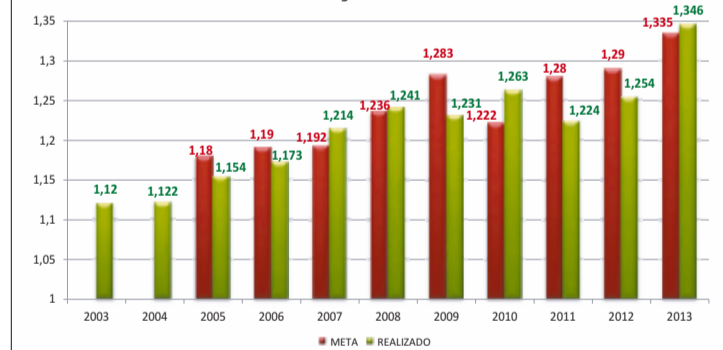
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Operacional / EBITDA (x)	64,75	20,17	11,56	7,17	4,12	3,15	1,87	3,46	1,10	1,03	1,81	2,27	2,38
Dívida Líquida (milhões de R\$)	632.086	634.428	761.575	651.457	483.270	413.584	241.334	224.079	141.249	342.043	462.752	727.314	812.472
Dívida Líquida / EBITDA (x)	81,94	19,72	17,09	6,84	3,69	2,99	1,34	1,79	0,44	0,91	1,51	2,10	2,68
Dívida Curto Prazo / Dívida Total (%)	18,2%	6,5%	6,6%	11,6%	12,7%	11,0%	6,5%	8,7%	6,2%	7,3%	7,7%	7,2%	8,4%
Passivo Total / Ativo Total (%)	43,3%	54,7%	48,8%	40,4%	35,0%	31,6%	29,1%	30,2%	24,3%	24,7%	26,7%	27,4%	29,1%

O exercício de 2013 foi encerrado com um patrimônio líquido de R\$ 4,8 bilhões (R\$ 4,7 bilhões em 2012).

O Índice de Eficiência Operacional – IEO é o principal indicador utilizado no Planejamento Estratégico da EMBASA e reflete os resultados da perspectiva financeira. Ele é a relação entre as entradas de recursos (oriundas da prestação de serviços de água e esgoto, dos rendimentos de aplicações financeiras e do ressarcimento de despesas) e os gastos desembolsáveis com recursos próprios (exceto investimentos, serviço da dívida de financiamentos, programa de participação nos resultados, incentivo à aposentadoria e pagamentos relativos a questões cíveis), apurados pelo fluxo de caixa mensal.

A partir do exercício de 2012, como contrapartida da revisão tarifária extraordinária, as metas para esse indicador passaram a ser fixadas pela atual Agência Reguladora de Saneamento da Bahia (AGERSA), antiga CORESAB, válidas para o período 2011 – 2014. A AGERSA estipulou em 1,300 a meta para 2013, mas a própria EMBASA, em revisão orçamentária efetuada em novembro/2013, fixou internamente uma meta superior, de 1,335. Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, a meta foi superada em 2013, uma vez que o IEO atingiu 1,346.

Evolução do IEO



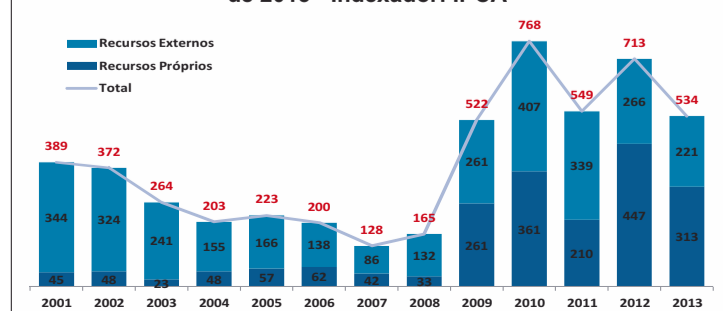
Quadro 09 – Evolução dos componentes do IEO – Previsto/Realizado.

DISCRIMINAÇÃO	2013			
	Previsto	Realizado	Realizado X Previsto R\$	%
FATURAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	2.126.480.411	2.100.829.843	(25.650.568)	-1,21%
PARCELAMENTOS	1.914.427.094	1.840.709.442	-73.717.652	-3,85%
ENTRADAS DE RECURSOS	1.972.489.332	1.972.680.243	190.910	0,01%
ÁGUA E ESGOTO (3)	1.935.097.174	1.934.884.791	-212.383	-0,01%
SAÍDAS DE RECURSOS	1.477.770.661	1.465.715.979	(12.054.683)	-0,82%
IEO (= Entradas de Recursos / Saídas de Recursos)	1,335	1,346		
EFICIÊNCIA DA ARRECADADAÇÃO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO	91,00%	92,10%		
VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO (m³)	681.063.942	676.032.748	(5.031.194)	-0,74%
TARIFA MÉDIA DE ÁGUA E ESGOTO (R\$ / m³)	2,881	2,883	0,002	0,06%
Questões Judiciais Trabalhistas	41.008.914	41.632.431	623.516	1,52%
Bloqueios + Processos				

6.2 INVESTIMENTOS REALIZADOS

O exercício 2013 foi marcado por vultosos investimentos na ordem de R\$534 milhões, que equivale a cerca de 1,42 vezes a média anual desde o ano de 2001 a 2012 (R\$ 375 milhões) e 1,94 vezes em comparação à média do período 2001-2006 (R\$ 275 milhões), a valores reais indexados ao IPCA. Deste total aplicado, R\$ 313 milhões (59%) foram originados de recursos próprios da empresa, mantendo assim o compromisso da empresa com os investimentos no Estado. Nota-se acentuada evolução dos investimentos nos últimos sete anos (2007-2013) com destaque para 2010 e 2012 que apresentaram montante de R\$ 768 e 713 milhões respectivamente. O montante investido com recursos próprios no período 2007-2013 (R\$ 1.667 bilhão) representa uma média de 238 milhões ao ano enquanto no período 2001-2006 a média encontrada equivale a R\$ 47 milhões em valores indexados ao IPCA.

Investimentos - Valores em R\$ milhões de 2013 - Indexador: IPCA



¹ Investimentos apurados pelo regime de caixa e não incluem despesas capitalizáveis e juros de financiamento no período de carência.

Os valores totais investidos pela empresa foram provenientes de diversas fontes, sendo os maiores montantes oriundos de recursos próprios da Embasa e do Orçamento Geral da União, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Parcela dos recursos próprios se destina a suprir, temporariamente, atrasos de desembolsos dos agentes financeiros, com o objetivo de não retardar o andamento das obras.

Os recursos aplicados em ações de saneamento ambiental da Embasa, no ano 2013, envolveram obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água (sistemas de produção, tratamento e distribuição de água) e de esgotamento sanitário (coleta, transporte, tratamento e disposição final dos efluentes), assim como ações de educação ambiental que acompanharam a execução das obras. Dentre os municípios beneficiados com os investimentos supracitados, destacam-se: Barreiras, Cachoeira, Camaçari, Candéias, Chorrochó, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Encruzilhada, Euclides da Cunha, Eu-nápolis, Feira de Santana, Guanambi, Irecê, Itaberaba, Itacaré, Itamaraju, Jacobina, Jequié, Luís Eduardo Magalhães, Muritiba, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Vera Cruz, Vitória da Conquista, Castro Alves, Laje, Baixa Grande, Andorinha, Maragogipe e Santo Antônio de Jesus.

6.2.1 Recursos assegurados

Considerando o período desde o ano de 2007, 1.164 obras foram ou estão sendo empreendidas em 364 municípios, perfazendo cerca de R\$ 6,66 bilhões em recursos de investimento aplicados/garantidos nesse intervalo. Este esforço contou com recursos próprios e recursos oriundos do Orçamento Geral da União - OGU através dos ministérios das Cidades, da Integração Nacional (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco - CODEVASF), do Ministério da Saúde (Fundação Nacional de Saúde - FUNASA), além de financiamento da Caixa - FGTS, do BNDES (Fundo de Amparo ao Trabalho - FAT e Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME) e do Estado. Existe ainda a expectativa de contratação de novos recursos até o ano 2014 da ordem de R\$1,6 bilhão, o que poderá perfazer cerca de R\$8,3 bilhões de investimentos nesse período.

Além das obras referidas, os montantes citados envolvem a perfuração de 383 poços e elaboração de 145 projetos, totalizando 1.692 intervenções neste período. Do total das obras, 441 referem-se a sistemas de abastecimento de água, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,6 bilhões, e 191, a sistemas de esgotamento sanitário, que perfazem um investimento total de R\$ 6,5 bilhões.

O quadro a seguir demonstra os recursos assegurados e a perspectiva de novos investimentos, por produto.

Quadro 10 - Investimentos por fonte de recurso

Investimentos por fonte de recurso em 2013		
Fonte	Valor (em R\$ 1.000)	Percentual (%)
Recursos próprios + Contrapartida da Embasa	312.978	58,62%
OGU/CEF	86.725	16,24%
Royalties	0	0%
Prosaneamento/CEAF	0	0%
FAT/BNDES	54.402	10,19%
FGTS/CEF	43.027	8,06%
Outros	36.808	6,89%
TOTAL	533.940	100,00%
OGU: Orçamento Geral da União		
CEF: Caixa Econômica Federal		
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador		
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		

6.2.2 Orçamento de investimentos 2014

A previsão orçamentária de investimento para o exercício de 2014 totaliza o montante de R\$ 1.007 bilhões, valor aprovado pelo Conselho de Administração da EMBASA em dezembro de 2013. Os valores são provenientes de recursos próprios com contrapartida da EMBASA (20,66%), do Orçamento Geral da União (26,81%), e os 52,53% restantes provêm de repasses do governo do Estado e de financiamentos ou convênios contraiados diretamente pela EMBASA. Esses recursos serão aplicados na elaboração de projetos de obras de água e esgoto, na implantação e/ou ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água, na perfuração de poços para abastecimento de água e no desenvolvimento institucional da empresa.

Quadro 11 – Orçamento de investimento 2014

Fonte de Recursos	Valor (R\$ milhões)	Percentual (%)
Recurso próprio + contrapartida da Embasa	208	20,66%
Orçamento Geral da União	270	26,81%
Outros	529	52,53%
Total	1.007	100%
Outros		
Repasse governo do estado		
PROSANEAMENTO	159	15,79%
ROYALTIES	44	4,37%
Contrapartida Tesouro¹	30	2,98%
Financiamento Embasa + Convênios		
BNDES/DI	12	1,19%
BNDES/PAC	143	14,20%
FGTS/CEF	50	4,97%
CEF/FINAME	8	0,79%
Convênio CODEVASF	32	3,18%
FUNCEP	44	4,37%
Outros Convênios	7	0,70%
TOTAL	1.007	100%
¹ Próprio do Tesouro – recursos ordinários de contrapartida de convênios e operações de créditos		
CEF: Caixa Econômica Federal		
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		
DI: Desenvolvimento institucional		
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento		
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		
FINAME: Financiamento de máquinas e equipamentos		
FUNCEP: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza		

7 RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO INTERNO

Após o final do exercício de 2013 o corpo de empregados efetivos da EMBASA era composto por 4.871 empregados, subordinados às disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e outras normas que regulam determinadas profissões. A lotação dos empregados é descentralizada, consoante se nota no quadro a seguir.

Quadro 12 - Número de empregados

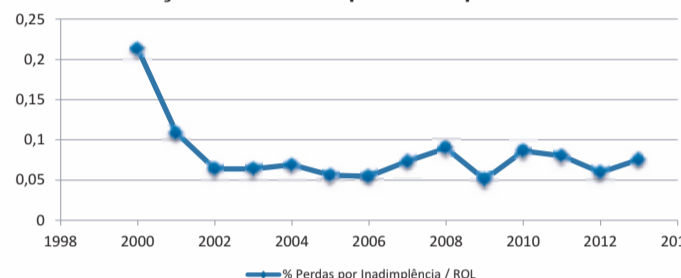
EMPREGADOS PRÓPRIOS	2010	2011	2012	2013	%
Capital e RMS	2.479	2.810	2.847	2.707	55,57
Região Norte	762	950	1.202	1.175	24,12
Região Sul	720	921	1.058	989	20,72
TOTAL	3961	4681	5107	4871	100

As ações de treinamento dos empregados somaram, aproximadamente, R\$ 476,52 mil, compreendendo o total de 110.096 horas, ou seja, 22,60 horas/empregado ao ano, e 10.430 oportunidades, equivalente a 2,14 oportunidades/empregado ao ano, excluídos os treinamentos com jovens aprendizes e estagiários. As ações foram desenvolvidas através do Programa de Atualização Profissional, de Pós-Graduação, de Idiomas, de Aceleração Escolar e de Formação de Instrutores Internos. No ano de 2013 destacam-se as ações de treinamento nas áreas de saúde e segurança do trabalhador, oportunizando 3.389 oportunidades/28.668 horas de treinamento. Outra iniciativa relevante foi a realização da 1ª Feira de Tecnologias Sustentáveis, evento que contou com a presença de 250 participantes, e propiciou a disseminação do conhecimento através da apresentação de trabalhos técnicos e da demonstração de tecnologias sustentáveis e também proporcionou a sensibilização da comunidade estudantil da localidade.

O Programa de Avaliação de Desempenho por Competência da EMBASA está em fase de implantação e entrará em vigor a partir do exercício de 2014.

O gráfico abaixo mostra a evolução do percentual de perdas por inadimplência em relação à receita operacional líquida dos serviços (isto é, sem considerar a receita de construção).

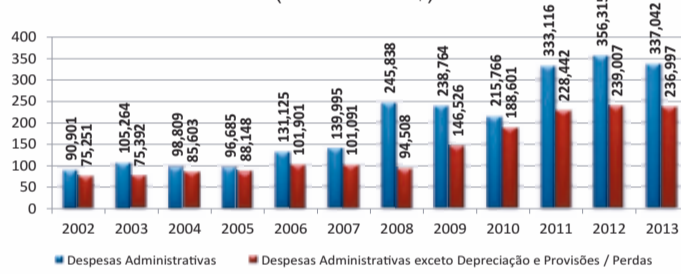
Evolução do % Perdas por Inadimplência / ROL



As despesas administrativas diminuíram 5,4% em relação ao exercício anterior.

Observando-se seu comportamento em período mais longo, cabe ressaltar a participação da depreciação – já comentada no trecho sobre os custos dos serviços, tendo a influência da reavaliação do ativo imobilizado – e, mais significativamente, das provisões para questões judiciais, o que justifica a apresentação da evolução das despesas administrativas também sem a influência desses dois itens.

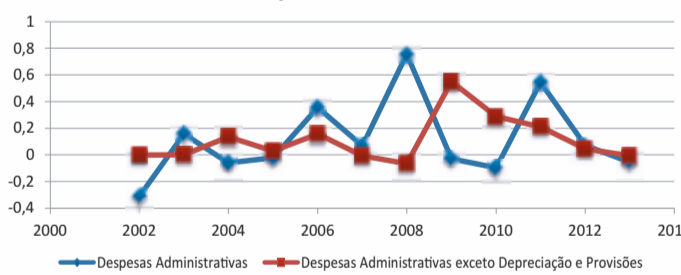
Evolução das Despesas Administrativas (milhões de R\$)



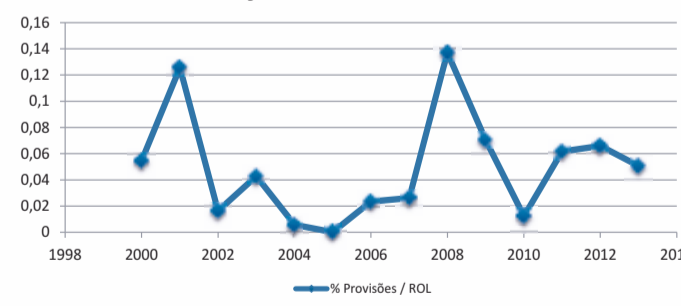
Desconsiderando a depreciação e as provisões para questões judiciais, os principais fatores responsáveis pelo acentuado crescimento das despesas administrativas a partir de 2009 foram:

- a implantação em 2009 do Plano de Cargos, Salários e Carreiras, homologado pelo Ministério do Trabalho;
- a contratação de concursados a partir de 2010;
- o início de pagamento em 2010 da remuneração regulatória ao órgão regulador do saneamento básico.

Evolução das Taxas de Crescimento das Despesas Administrativas



Evolução do % Provisões / ROL

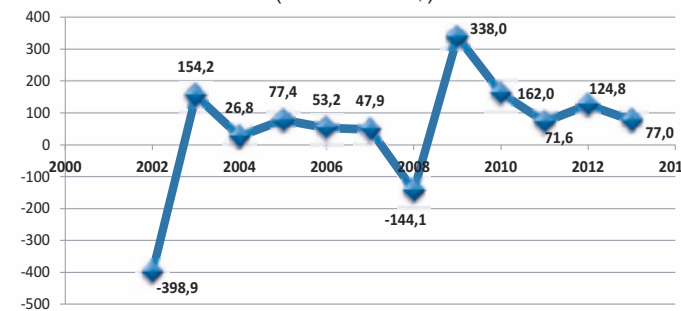


A evolução do percentual de despesa com provisões para questões judiciais em relação à receita operacional líquida dos serviços foi apresentada sem considerar a receita de construção. O resultado do exercício apresentou um lucro de R\$ 77,0 milhões, inferior em 38,3% (R\$ 47,8 milhões) aos R\$ 124,8 milhões do exercício anterior, pela influência dos itens "Receitas (despesas) financeiras líquidas" (principalmente as variações cambiais líquidas e os juros sobre financiamentos) e "Imposto de renda e CSLL" (pela exaustão da compensação de prejuízos fiscais), conforme mostrado no quadro seguinte.

Quadro 06- Despesas

	em milhões de reais		
	2013	2012	Varição
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	75,5	34,9	40,6
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	61,0	110,2	-49,1
IR e CSLL	-59,6	-20,2	-39,4
Total	77,0	124,8	-47,8

Evolução do Resultado Líquido (milhões de R\$)





CONTINUAÇÃO

A empresa desenvolve a carreira dos profissionais em formação. Neste sentido foram contratados 111 jovens, através do "Programa Jovem Aprendiz", e 191 estudantes, através do "Programa de Estágio". Com os grupos sendo integralmente acompanhados e avaliados pelos gestores imediatos e pelos Coordenadores dos Programas.

8 DESEMPENHO SÓCIOAMBIENTAL

8.1 RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

Para assegurar o cumprimento às diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007, que traz como um dos princípios fundamentais o controle social, a EMBASA vem incorporando nas ações desenvolvidas junto às comunidades, dos municípios de sua área de abrangência, reflexões, conceitos e práticas relacionados ao exercício desse instrumento normativo. O Controle Social definido como o "conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico".

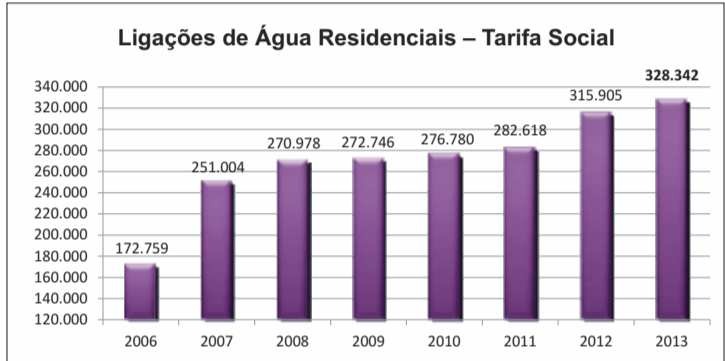
8.1.1 Relacionamento com os usuários

O Planejamento Estratégico 2012 - 2015 da EMBASA possui como um dos seus temas a "Satisfação dos Usuários e Titulares", e desenvolver projetos e ações para alcançá-lo, tornou-se um desafio diário.

Neste ano a Central de Serviços Web, lançada em 10 de dezembro de 2012, já forneceu excelentes resultados, demonstrando que realmente existe uma forte tendência na utilização do mercado virtual, justamente por conta da facilidade e comodidade que o mesmo representa. Encerrou o ano de 2013 com 30.941 atendimentos, superando 2012 em 126,49%. Esse acréscimo é devido à quantidade de serviços que passou a ser ofertado pela nova Central Web, agora cerca de 30 (trinta), enquanto no modelo anterior eram apenas 03 (três).

8.1.2 Programa Tarifa Residencial Social

Criado pela Lei Estadual 9.840/2005, o objetivo deste Programa é oferecer água com preço menor para quem mais precisa e possibilitar à população carente, integrante dos Programas Sociais do Governo Federal "Bolsa Família" e "Minha Casa Minha Vida", na área de atuação da EMBASA, ter acesso ao saneamento básico de qualidade e baixo custo. Nesta tarifa diferenciada, as comunidades de baixa renda pagam por 10 mil litros de água menos 55,15% que valor da tarifa normal (Tabela de Tarifas de 2013). Até o ano de 2013, foram concedidos R\$ 100.842.471 (cem milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais) em benefícios na tarifa social.



8.1.3 Tarifa Filantrópica

Trata-se de tarifa reduzida para instituição que comprove desempenhar atividades exclusivamente voltadas para trabalhos voluntários e sociais de caráter beneficente e filantrópico, mantida por doações e constituída para atender às camadas mais carentes da população, não possuindo fonte de renda própria, em 2013 chegamos a 587 entidades atendidas. É uma iniciativa que busca contribuir socialmente para ações de voluntariado sem fins lucrativos. A Tarifa Filantrópica chega a ser 84,52% menor, para 10 mil litros de água, se comparada à Tarifa Comercial e Pública (Tabela de Tarifas 2013).

8.2 RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

8.2.1 Programa Aprendendo a Usar

O "Aprendendo a Usar" é um programa que a EMBASA vem desenvolvendo desde o ano de 2004, objetivando, principalmente, orientar o cidadão sobre o uso consciente da água, evitando desperdícios, com consequente redução nos valores das contas de água e/ou esgoto. Os beneficiários do "Minha Casa Minha Vida", programa habitacional do governo federal, com renda familiar até três salários mínimos, cadastrados na tarifa social, também passaram a receber as palestras do "Aprendendo a Usar".

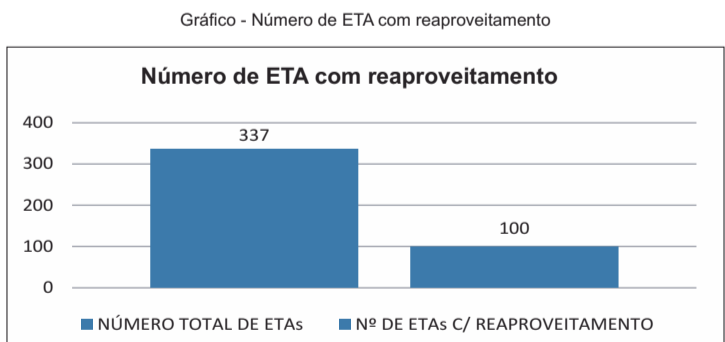
8.2.2 PEAMSS/BA - Etapa II

Fortalecer a participação da sociedade nas questões relativas ao saneamento com vistas ao exercício do controle social, por meio de ações de mobilização e educação ambiental, de maneira que estas se consolidem como estratégias contínuas e transformadoras, traduzem o principal objetivo do Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), desenvolvido pela EMBASA que contemplou em suas duas etapas 26 municípios da Bahia durante o período de execução de 2009 a 2013. Com investimento total de cerca de R\$ 6,4 milhões, com recursos da SEDUR e EMBASA, o projeto formou só na Etapa II (2012-2013) aproximadamente 585 educadores ambientais populares e deixou em cada um dos 26 municípios o Grupo de Acompanhamento do Projeto (GAPEAMSS).

8.3 GESTÃO AMBIENTAL

8.3.1 Descarte Total de água, por qualidade e destinação.

O ciclo produtivo da EMBASA gera um passivo em uma etapa fundamental à manutenção da qualidade da água tratada: no processo de remoção das impurezas. Nesta etapa a lavagem e descargas para limpeza dos filtros e decantadores de ETA, consomem e descartam grande volume de água. Na perspectiva de superar este problema, para efetiva racionalização da nossa matéria prima e preservação das suas fontes, a EMBASA vem continuamente investindo na implantação de novas tecnologias na área de reaproveitamento de água em suas ETAs. Em 2011, 60 ETA contavam com sistema de reaproveitamento e em 2013 esse número subiu para 100, o que representa 29,67% das 337 ETA em operação. O volume reaproveitado (cerca de sete milhões de metros cúbicos) seria suficiente para abastecer aproximadamente mais de dois milhões de pessoas durante o período de um mês, levando em conta que a ONU considera satisfatório para as necessidades diárias um gasto per capita de 110 litros/dia.



8.3.2 Biodiversidade

A EMBASA mantém um eixo de atuação na reabilitação de matas ciliares no entorno das áreas de captação dos mananciais utilizados para abastecimento humano, adotando técnicas e modelos de intervenção adequados a cada situação e buscando sempre introduzir a maior diversidade de espécies possível.

Em 2013 a EMBASA deu continuidade à manutenção dos 16 hectares de matas ciliares recuperados em 2012 no Rio Jacuípe, no município de Morro do Chapéu, e no Rio da Prata, em Seabra. Além disso, foram recuperados 2,3 hectares de matas ciliares degradadas do Rio Acaari, em Camamu, e 4,5 hectares do Rio do Ouro, município de Itamaraju, totalizando mais de 7.500 mudas de espécies nativas da mata atlântica plantadas nas áreas de preservação permanente desses dois mananciais.

A 3ª etapa da reabilitação da área de preservação permanente do entorno do lago da Barragem do Rio da Dona, em Santo Antônio de Jesus. Esse projeto, conduzido pela EMBASA desde 2007, já efetuou o plantio de 66 hectares de matas ciliares, aliados a ações de educação ambiental com a comunidade do entorno. No decorrer de 2013 foram realizadas as etapas de manutenção de todo o plantio já realizado, contemplando atividades de reparo de cercas, combate a formigas, coroamento, adubação e replantio, indispensáveis à mitigação dos efeitos negativos ocasionados pela severa estiagem que abateu todo o território baiano nos anos de 2012 e 2013.

8.3.3 Resíduos sólidos

A EMBASA vem gerenciando resíduos sólidos, desde o processo de segregação na fonte geradora, até sua destinação final, conforme previsto nas legislações ambientais e normas técnicas pertinentes.

Dentre as ações realizadas pela empresa destacam-se a devolução de resíduos aos fornecedores, conforme previsto na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS) para sistemas de logística reversa e a reciclagem de materiais mediante a doação destes às cooperativas.

A participação da EMBASA no programa Recicla Já Bahia foi de 456,5 toneladas de resíduos recicláveis em Salvador nas unidades do Centro Administrativo da Bahia - CAB, Rio Vermelho, Cabula (Suprimento e Processos), Federação e Alphaville, entre os meses de Janeiro a Setembro de 2013.

Boa prática importante é o reuso do lodo da ETE de Guanambi posteriormente ao processo de higienização por caleação e compostagem, ação realizada em convênio com a Renova Energia S.A. Estima-se que haverá a geração de 80 toneladas de lodo desidratado (torta) a cada 120 dias, com incentivo a aplicação na agricultura local e no próprio cinturão verde da ETE. Em 2013 foi investido um montante de R\$ 271.678,67 nesta parceria.

9 RECONHECIMENTOS EXTERNOS - 2013

REVISTA EXAME – MELHORES E MAIORES

- Subiu 35 posições - de 243ª para 208ª
- 14ª maior prestadora de serviços
- 1ª do saneamento do N/NE

REVISTA VALOR 1000

- Subiu 22 posições - 180ª de 1000
- 10ª maior empresa do Nordeste
- 1ª em saneamento do N/NE

RANKING DO SANEAMENTO - TRATA BRASIL

- Salvador - 1ª cidade NE/ Vitória da Conquista - 2ª cidade NE/ Feira de Santana - 4ª cidade
- Salvador - 8ª entre as capitais/ 34ª ranking nacional
- Vitória da Conquista - 36ª posição/ Feira de Santana - 63ª posição (ranking nacional)

REVISTA MELHORES DA DINHEIRO

- 5ª maior empresa de serviços públicos do Brasil
- Entre as 5 primeiras nos itens: Sustentabilidade Financeira e Responsabilidade Social

TROFÉU TRANSPARÊNCIA – ANEFA/ FIPECAFI/ SERASA EXPERIAN

- Uma das empresas mais transparentes do Brasil - categoria capital fechado
- Laureada pelo 3º ano consecutivo
- Transparência e qualidade das informações financeiras e contábeis

A PREMIAÇÃO AS EMPRESAS DO ANO NO SANEAMENTO AMBIENTAL

- Eleita a EMPRESA DO ANO NO SANEAMENTO AMBIENTAL
- A EMBASA obteve a melhor pontuação entre as principais companhias de saneamento do País

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2013

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.448.054			2.376.543		
Resultado operacional (RO)	76.973			124.819		
Folha de pagamento bruta (FPB)	379.819			340.253		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	29.862	7,86%	1,22%	27.949	8,21%	1,18%
Encargos sociais compulsórios	121.747	32,05%	4,97%	97.292	28,59%	4,09%
Previdência privada	14.459	3,81%	0,59%	13.030	3,83%	0,55%
Saúde	33.367	8,79%	1,36%	30.638	9,00%	1,29%
Segurança e saúde no trabalho	2.563	0,67%	0,10%	1.767	0,52%	0,07%
Educação	619	0,16%	0,03%	520	0,15%	0,02%
Cultura	15	0,00%	0,00%	61	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	528	0,14%	0,02%	712	0,21%	0,03%
Assistência Social	10.462	2,75%	0,43%	8.227	2,42%	0,35%
Participação nos lucros ou resultados	28.534	7,51%	1,17%	27.849	8,18%	1,17%
Outros	2.703	0,71%	0,11%	1.970	0,58%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	246.386	64,87%	10,06%	212.149	62,35%	8,93%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	315	0,41%	0,01%	630	0,50%	0,03%
Saúde e saneamento	2	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	159	0,21%	0,01%	2.063	1,65%	0,09%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	7.185	9,33%	0,29%	8.883	7,12%	0,37%
Eventos técnicos sociais externos	435	0,57%	0,02%	3.576	2,86%	0,15%
Total das contribuições para a sociedade	8.097	10,52%	0,33%	15.152	12,14%	0,64%
Tributos (excluídos encargos sociais)	295.254	383,58%	12,06%	235.619	188,77%	9,91%
Total - Indicadores sociais externos	303.351	394,10%	12,39%	250.771	200,91%	10,55%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.842	2,39%	0,08%	1.766	1,41%	0,07%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.319	3,01%	0,09%	1.683	1,35%	0,07%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.161	5,41%	0,17%	3.449	2,76%	0,15%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%
() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013	2012
Nº de empregados(as) ao final do período	4.871	5.107
Nº de admissões durante o período	193	695
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0
Nº de estagiários(as)	144	130
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.451	2.681
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.302	1.377
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,73%	28,83%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	762	790
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,62%	9,33%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	62	64

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013 Valor (Mil reais)			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,8			0		
Número total de acidentes de trabalho	35			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 996.302			Em 2012: 917.727		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	33,52% governo	43,19% colaboradores(as)	18,13% terceiros	29,08% governo	40,81% colaboradores(as)	18,13% terceiros
	% acionistas	5,15% retido		% acionistas	10% retido	

7 - Outras Informações

1- Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.



CONTINUAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	118.360	56.925	Fornecedores e empreiteiros	14	112.027	90.048
Recursos vinculados	8	95.374	102.490	Empréstimos e financiamentos	15	78.012	56.564
Contas a receber de clientes	9	420.989	403.460	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	99.584	91.608
Estoques		23.444	21.786	IRPJ e CSLL a recolher		27.075	-
Impostos a recuperar		13.849	25.699	Salários e férias a pagar		36.973	35.112
Outras contas a receber		34.404	29.303	Provisão para perdas em processos judiciais	17	128.136	129.544
				Provisão para programa de participação nos resultados	32	29.814	27.662
Total do ativo circulante		706.420	639.663	Convênios a comprovar	18	19.607	43.002
				Outras contas a pagar		12.883	16.982
Não circulante				Total do passivo circulante		544.111	490.522
Contas a receber de clientes	9	128.560	115.513	Não circulante			
Ativo financeiro	10	1.169.394	954.064	Empréstimos e financiamentos	15	852.820	727.675
Depósitos judiciais	11	371.477	343.785	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	54.214	46.945
Despesas antecipadas - seguro garantia		117	-	Tributos diferidos	23	367.670	403.150
Investimentos		108	108	Provisão para perdas em processos judiciais	17	32.522	15.856
Imobilizado	12	177.451	176.817	Convênios a comprovar	18	90.360	63.225
Intangível	13	4.292.826	4.306.147	Adiantamentos para futuro aumento de capital	20	50.870	46.016
Total do ativo não circulante		6.139.933	5.896.434	Total do passivo não circulante		1.448.456	1.302.867
Total do ativo		6.846.353	6.536.097	Patrimônio líquido			
				Capital social	22	3.961.996	3.914.921
				Reserva de capital		12.173	28.750
				Reserva de lucros		283.304	249.756
				Reserva de reavaliação		725.178	794.051
				Ajustes de avaliação patrimonial		3.776	-
				Prejuízos acumulados		(132.641)	(244.770)
				Total do patrimônio líquido		4.853.786	4.742.708
				Total do passivo e patrimônio líquido		6.846.353	6.536.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional	23	1.898.473	1.737.150
Receita de construção	13	549.582	639.392
Receita operacional líquida		2.448.055	2.376.542
Custo dos serviços prestados	24	(1.302.459)	(1.206.300)
Custo de construção	13	(543.700)	(632.234)
Custo dos serviços		(1.846.159)	(1.838.534)
Lucro bruto		601.896	538.008
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	25	(337.041)	(356.315)
Comerciais	26	(178.971)	(140.010)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27	(10.351)	(6.795)
		(526.363)	(503.120)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		75.533	34.888
Receitas financeiras	28	166.592	189.584
Despesas financeiras	28	(105.734)	(79.421)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		60.858	110.163
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		136.391	145.051
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	(95.067)	(55.778)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		35.480	35.546
Resultado do exercício		76.804	124.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital para obras	Reserva de lucros	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012		3.767.878	117.234	182.155	863.050	-	-	(370.987)	4.559.330
Aumento de capital com:									
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	41.534	-	-	-	-	-	-	41.534
Reserva de capital	22	105.509	(105.509)	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos	22	-	17.025	-	-	-	-	-	17.025
Constituição de reserva de incentivos fiscais	22	-	-	67.601	-	-	-	(67.601)	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	22	-	-	-	(68.999)	-	-	68.999	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	124.819	124.819
Saldos em 31 de dezembro de 2012		3.914.921	28.750	249.756	794.051	-	-	(244.770)	4.742.708
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	30.052	-	-	-	-	-	-	30.052
Reserva de capital	22	17.023	(17.023)	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos	22	-	446	-	-	-	-	-	446
Constituição de reserva de incentivos fiscais	22	-	-	33.548	-	-	-	(33.548)	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	22	-	-	-	(68.873)	-	-	68.873	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	76.804	76.804
Outros resultados abrangentes									
Ganho atuarial plano de benefício definido	33	-	-	-	-	-	3.776	-	3.776
Saldos em 31 de dezembro de 2013		3.961.996	12.173	283.304	725.178	-	3.776	(132.641)	4.853.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO NOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	2013	2012		2013	2012
Receitas	2.607.674	2.551.769	Distribuição do valor adicionado	1.021.928	917.727
Água, esgoto e serviços	2.082.406	1.907.418	Pessoal	430.296	374.509
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(24.314)	4.959	Remuneração direta	252.702	235.640
Outras receitas	549.582	639.392	Benefícios	140.989	114.697
			FCTS	36.605	24.172
Insumos adquiridos de terceiros	(1.431.193)	(1.505.607)	Impostos, taxas e contribuições	333.984	266.920
Materiais consumidos	(84.607)	(81.469)	Federais	334.133	266.175
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(1.141.182)	(1.247.016)	Estaduais	(6.098)	(2.438)
Perda/recuperação de valores ativos	(205.404)	(177.122)	Municipais	5.949	3.183
	1.176.481	1.046.162	Remuneração de capitais de terceiros	180.844	151.479
Depreciação e amortização	(321.648)	(318.492)	Juros	105.734	79.420
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	854.833	727.670	Aluguéis	75.110	72.059
Valor adicionado recebido em transferência	167.095	190.057	Remuneração de capitais próprios	76.804	124.819
Receitas financeiras	166.592	189.584	Resultado do exercício	76.804	124.819
Aluguéis	503	473			
	1.021.928	917.727			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA (ou "Companhia"), sociedade de economia mista com sede localizada à Avenida 4ª, nº 420, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador, Bahia, constituída pela Lei Estadual nº 2.929/71, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, tem como objetivo executar a política de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado da Bahia. A Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 364 municípios, sendo 361 sedes municipais, e opera os serviços de esgotamento sanitário em 91 municípios, sendo 83 sedes municipais.

Contratos de concessão foram firmados entre a EMBASA e os municípios (titular dos serviços) onde foram pactuados os termos que regem a relação comercial entre as partes durante o prazo estabelecido na concessão. Do total de municípios atendidos, estão em vigor os contratos de concessão em 303 deles. Dos 61 restantes seis já possuem Contratos de Programa assinados (Barreiras, Brejão, Canápolis, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho).

O art. 58 e seus parágrafos da Lei Nacional de Saneamento Básico - LNSB, nº 11.445, de 05/01/2007 que modificou o art. 42 da Lei de Concessões, nº 8.987, de 13/02/1995, prevê que qualquer que seja a situação dos contratos: precários, vencidos, por tempo indeterminado, ou mesmo aquelas situações onde não existam instrumentos que regulem a relação comercial com a Companhia, poderiam ser prorrogados e com a validade máxima até 31 de dezembro de 2010, entretanto, a Lei 11.578, de 26/11/2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, modificada pela Lei 12.693, de 2012, prorrogou esse prazo para 31/12/2016.

Em caso de retomada, pelo município, dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário, a Companhia deverá ser indenizada, em moeda corrente, por força contratual, no valor correspondente aos investimentos realizados e não amortizados, de modo a não ocorrerem perdas.

O contrato de concessão do município de Salvador, em consonância com o art. 42 da Lei de Concessões, nº 8.987, de 13/02/1995, é considerado precário. A Companhia já havia negociado com a gestão municipal anterior os termos do Contrato de Programa, faltando apenas a sua assinatura. No entanto, a atual gestão reabriu a negociação para elaboração do novo Contrato de Programa. Tendo em vista os contratos do PAC, assinados, com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, para execução de obras no município de Salvador, totalizando R\$ 434 milhões e os projetos que estão em análise pleiteando novos recursos do OGU e, considerando que a LNSB e os manuais do Ministério das Cidades, que tratam do acesso aos recursos não onerosos da União, vedam o acesso a esses re-

curso caso a concessão seja realizada de forma onerosa, a Companhia entende que o Contrato de Programa a ser assinado com o município deverá ser não oneroso, de modo a evitar a suspensão dos desembolsos dos recursos dos contratos em andamento, não cabendo, portanto, qualquer provisionamento para sua assinatura. O município de Salvador é responsável por cerca de 43% da receita operacional bruta da Companhia. No exercício de 2008, o município assinou, na condição de interveniente, juntamente com o governo do estado da Bahia e a EMBASA, diversos instrumentos contratuais para realização de obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe. Em 22 de dezembro de 2009, o município de Salvador e o estado da Bahia, com a intervenção da EMBASA, assinaram Convênio de Cooperação entre Entes Federados, para negociar os termos de contrato de programa a ser celebrado entre o município e a EMBASA. O Plano Municipal de Saneamento Básico - Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário foi aprovado através da Lei nº 7.981 de 31 de maio de 2011 que, além de aprovar o plano, autoriza o município a celebrar contrato de programa com a EMBASA, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico, ratifica o Convênio de Cooperação e dá outras providências. Após longo processo de discussões, em 14 de maio de 2012 foi encaminhada à Prefeitura minuta do contrato de programa com prazo de vigência de 30 anos e contemplando as alterações sugeridas. Com a eleição do novo Prefeito em 2013, mais questionamentos foram feitos acerca da minuta de Contrato e o documento aguarda aprovação para que seja submetido à consulta e audiências públicas e posterior assinatura.

A promulgação da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, dá início a um novo cenário e traz novos desafios para os agentes institucionais que desenvolvem ações de saneamento básico no Brasil.

A Política Estadual de Saneamento Básico - Lei nº 11.172 de 1º de dezembro de 2008, institui a regionalização da prestação dos serviços, incentiva a formação de consórcios públicos entre os municípios e o estado e estimula a cooperação federativa, por meio de convênios de cooperação para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, através dos contratos de programa, entre o município e a EMBASA.

Em 2012 foram assinados os seis primeiros Contratos de Programa entre a EMBASA e os municípios de Barreiras, Brejão, Canápolis, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho com prazos de 30 anos para prestação dos serviços contratados de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Conforme preconiza a Lei Nacional de Saneamento Básico uma das condições de validade dos contratos é a existência de plano de saneamento básico, cuja elaboração é de responsabilidade do titular dos serviços. Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado do exercício	76.804	124.819
Outros resultados abrangentes		
- Ganho atuarial plano de benefício definido (*)	3.776	-
Resultado abrangente total	80.580	124.819

(*) Ver notas explicativas nº 22 e 33.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	76.804	124.819
Ajustes por		
Amortização	312.289	309.604
Depreciação	9.359	8.888
Variações monetárias e cambiais e juros de ativos e passivos	16.416	(27.303)
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	101	(293)
Incentivo fiscal ICMS	(33.548)	(67.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Reversão) provisão para contingências, líquido	(35.480)	(35.546)
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes, líquido	24.314	(4.959)
Participação de empregados	28.534	27.849
Perdas nos processos judiciais	32.297	67.726
Realização AVP - Ativo financeiro de concessões	(61.837)	(74.596)
Receita líquida de construção	(5.882)	(7.158)
	411.450	368.218

(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos

Contas a receber de clientes	(8.113)	(29.741)
Estoques	(1.658)	660
Impostos a recuperar	11.849	(10.805)
Outras contas a receber	(5.100)	2.208
Depósitos judiciais	(53.604)	(56.557)
Fornecedores e empreiteiros	18.462	(14.285)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	63.107	39.690
Salários e férias a pagar	1.861	7.836
Provisão para perdas em processos judiciais	(23.150)	(54.992)
Participação de empregados	(26.382)	(21.357)
Convênios a comprovar	1.593	(18.891)
Outras contas a pagar	(492)	365
Juros pagos	(52.872)	(34.877)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	336.951	177.472

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(1.061)	(2.733)
Venda de ativo imobilizado	10	369
Adições ao ativo intangível	(529.330)	(636.857)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(530.381)	(639.221)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos vinculados	7.116	33.235
Captação de empréstimos e financiamentos	166.013	2



CONTINUAÇÃO

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Companhia.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa descontado para determinação do ativo financeiro decorrente da concessão;
- Nota explicativa nº 9 - Imobilizado (expectativa de vida útil remanescente e valores residuais);
- Nota explicativa nº 10 - Intangível (valor recuperável do ativo);
- Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento de receitas de construção;
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para perdas em processos judiciais; e
- Nota explicativa nº 32 - Mensuração de obrigações de benefício definido: principais premissas atuariais.

c. Determinação do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, os quais foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior.

a. Apuração do resultado

A receita é reconhecida pelo regime de competência. É mensurada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de vendas, devoluções, abatimentos e outras provisões similares.

As despesas resultam de decréscimos nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, ou quando este é incorrido sem o correspondente aumento do ativo, e que possam ser mensuradas com confiabilidade.

(i) Prestação de Serviços

A receita do faturamento de água e esgoto para todos os usuários é efetuada mensalmente de acordo com o calendário de leitura de medição. A receita não faturada corresponde ao valor estimado de consumo entre a data da leitura e o término do mês em que o serviço foi prestado.

(ii) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, conforme abaixo. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(iii) Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

b. Subvenções e assistências governamentais

São reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ajuste a valor presente dos ativos financeiros da concessão e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão com a FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com o CPC 33 R1 - Benefícios a Empregados.

Plano de Benefício Definido: Plano que complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à previdência oficial.

Plano de Contribuição Definida: Tem como característica a paridade nas contribuições entre patrocinadora e empregados. Teve parte de sua cobertura lastreada em contrato firmado entre a Companhia e a FABASA estando o mesmo integralmente quitado.

(ii) Participação de empregados no resultado

A apuração do Programa de Participação nos Resultados (PPR) é realizada com base em um conjunto de indicadores, sendo três empresariais (Índice de Eficiência Operacional - IEO; Acréscimo de Ligações de Água - ALA e Acréscimo de Ligações de Esgoto - ALE) e seis operacionais (Faturamento - FAT; Arrecadação de Particulares - ARR; Despesas de Exploração - DEX; Águas Não Faturadas - ANF; Índice de Conformidade da Água - ICA e Nota da Avaliação Externa - NAE). A PPR só é constituída quando da apuração dos referidos indicadores no final do exercício.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda são calculados com base no lucro ajustado conforme estabelece a legislação tributária sendo que para o imposto de renda a alíquota é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e os correspondentes valores usados para fins de tributação que neste caso específico referem-se a reavaliação de ativos.

g. Estoques

São demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio ponderado de aquisição classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo histórico, que não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidas de provisões para perdas, quando aplicável.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

• Construções	25 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	de 4 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas líquidas, na demonstração do resultado.

i. Intangível

(i) Contratos de concessão de serviços

O direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecido como ativo intangível, em linha com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os bens afetos aos contratos de concessão com o poder concedente são registrados no ativo intangível, os quais representam o valor residual da receita de construção, condição para operacionalização desses contratos e possibilitando a cobrança das tarifas pela utilização dos serviços ao público.

Para os estoques aplicados no processo de construção de ativos, o custo de aplicação desses itens é reconhecido como "Contratos de construção" (intangível) do período (mês) em que a respectiva baixa é reconhecida.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A Companhia efetua transferências do ativo intangível para o ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro do município. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar aos usuários os serviços públicos prestados, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(ii) Licença de software

São registradas com base nos custos incorridos para sua aquisição e colocação em condições de utilização e são amortizadas linearmente pelo prazo da vida útil estimada de utilização.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações financeiras.

Aplicações financeiras

Correspondem a investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem: saldos de caixa e bancos, contas a receber de clientes, ativo financeiro decorrente da concessão e outros créditos.

Caixa e bancos

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Contas a receber de clientes

Referem-se às contas de créditos com usuários, em razão dos serviços de saneamento usufruídos, bem como, outros serviços prestados e não faturados até a data do encerramento do exercício. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária.

Sobre os valores de contas a receber de clientes registrados no ativo não circulante há a incidência de multa e juros.

A provisão para redução ao valor recuperável é fundamentada em análise dos créditos pela administração e leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada grupo de usuários. É constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber cuja recuperação é considerada improvável.

Ativo financeiro decorrente da concessão

Referem-se aos créditos a receber do poder concedente (municípios) quando a Companhia possui direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura dos municípios que serão indenizados. Estes ativos estão descontados a valor presente com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC).

Estes direitos são classificados no longo prazo, tendo em vista a expectativa de realização destes valores.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empreiteiros, empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures, e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto individualmente quanto coletivamente. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução no valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(i) Provisão para perdas em processos judiciais

Quando aplicável, são registradas e atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas em processos judiciais estão descritas na nota explicativa nº 14.

(ii) Provisões trabalhistas

Decorre de obrigação legal de registrar os direitos do empregado. No caso da provisão de férias, a Companhia calcula 1/12 do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos quando então tem direito ao gozo de férias. Em substituição ao adicional constitucional de 1/3 do valor base de cálculo das férias, por força de acordo coletivo, a Companhia calcula 60% de adicional o qual é reconhecido também em bases mensais. No caso do 13º salário a Companhia calcula 1/12 do sa-



Capital Autorizado: R\$ 5.664.000.000,00
Capital Integralizado: R\$ 3.961.996.397,88

CONTINUAÇÃO

lário base do funcionário a cada mês, de janeiro a dezembro, quando então é efetuado o desembolso.

Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

m. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou de forma voluntária as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

n. Efeitos da Medida Provisória nº 627/2013

A administração da Companhia efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras da Companhia.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009/2010)

O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9, ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. Ainda introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção inicial do IFRS 9 deve causar algum impacto nos ativos e passivos financeiros da Companhia os quais ainda não foram mensurados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidades (a)	224	10.886
Aplicações financeiras (b)	118.136	46.039
	118.360	56.925

(a) As disponibilidades estão compostas por caixa e contas correntes bancárias.

(b) Representada por aplicações em Fundos de Investimentos e CDB, emitidos pela Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil, com taxas de juros que variam entre 99% e 100% do CDI, vencíveis dentro de 90 dias, conforme a seguir demonstrado:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	2013	Taxa média (% a.a)	2012	Taxa média (% a.a)
Banco do Brasil	(i)	79.242	8,08	18.114	7,97
Bradesco	(i)	13	7,86	13	8,21
Banco do Brasil	(ii)	-	-	3.055	8,40
CEF	(ii)	38.881	8,06	24.857	8,40
		118.136		46.039	

Legenda:

- (i) Fundo de investimento
- (ii) Certificado de Depósito Bancário – CDB

8 Recursos vinculados

	2013	2012
Bancos contas vinculadas (a)	5.919	6.457
Aplicações financeiras vinculadas (b)	89.455	96.033
	95.374	102.490

(a) Referem-se substancialmente a contas vinculadas às obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, compostas por valores oriundos do Orçamento Geral da União – OGU, na forma de contratos de repasse destinados a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(b) Representada, basicamente, por aplicações em Fundos de Investimentos e CDB vinculadas a projetos/convênios, emitidos pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e Bradesco, com taxas de juros que variam entre 99% e 100% do CDI, conforme a seguir demonstrado:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	2013	Taxa média (% a.a)	2012	Taxa média (% a.a)
Bradesco	(i)	232	5,70	222	5,88
CEF	(i)	15.410	6,17	22.021	6,03
Banco do Brasil	(ii)	41.622	8,00	59.965	8,06
Banco do Brasil	(ii)	-	-	13.824	8,08
Banco do Brasil	(iii)	32.191	5,67	1	5,58
		89.455		96.033	

- (i) Fundo de investimento
- (ii) Certificado de Depósito Bancário – CDB
- (iii) Poupança

O decréscimo ocorrido no período deve-se, substancialmente, à utilização dos recursos provenientes de convênios celebrados com a União, tendo como objetos, obras para melhoria da infraestrutura de saneamento do estado da Bahia.

A Companhia utiliza as aplicações financeiras para manutenção do valor do dinheiro no tempo ou então por obrigação contratual de alguns dos convênios celebrados com outras entidades de direito público ou privado. Dessa forma, os investimentos são em carteiras de, no mínimo, baixo risco, de acordo com a classificação da ANBIMA.

Os fundos de investimentos aplicados pela EMBASA mantêm uma carteira composta por, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido, isolada ou cumulativamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou em títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, bem como mantêm, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da carteira em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI ou da taxa SELIC.

Poupança é uma categoria de investimento de risco mínimo, assegurados pelo Banco Central. O aumento dos saldos de poupança deve-se, em essência, às transferências de aplicações dos fundos de investimentos dos convênios celebrados junto à CODEVASF.

9 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Valores faturados	325.260	317.144
Parcelamentos / financiamentos (a)		
Clientes particulares	128.272	128.860
Entidades públicas	106.028	80.757
	559.559	526.761
Valores a faturar (b)	105.487	83.395
	665.046	610.156

(-) Provisão para redução ao valor recuperável (c)

	2013	2012
	(115.497)	(91.183)
Total	549.549	518.973

(a) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.

(b) Saldo decorrente de produtos e serviços consumidos até 31 de dezembro de 2013 e ainda não faturados.

(c) Refere-se ao montante de perda estimado pela administração com base no resultado das análises individual e coletiva de sua carteira de recebíveis.

Existem títulos a receber da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Ver nota explicativa nº 15.

O contas a receber é registrado a valor histórico, exceto em casos de parcelamentos. Os parcelamentos de entidades públicas correspondem a valores vencidos de contas de fornecimento de água aos municípios, os quais são formalizados por "instrumento particular de confissão de dívida", cujos créditos da Companhia são garantidos através do repasse de cotas participativas do ICMS, provenientes do Tesouro Estadual para os respectivos municípios.

Valores faturados por idade de vencimento:

	2013	2012
Vencidos até 30 dias	51.767	69.731
Vencidos de 31 a 60 dias	37.081	34.097
Vencidos de 61 a 90 dias	25.517	24.124
Vencidos de 91 a 120 dias	23.121	21.987
Vencidos de 121 a 150 dias	22.261	20.425
Vencidos de 151 a 180 dias	18.476	19.457
Vencidos de 181 a 360 dias	17.801	21.113
Vencidos acima de 360 dias	129.235	106.211
	325.260	317.144

A Companhia analisa o saldo de provisão para redução ao valor recuperável, em conformidade com a composição do seu contas a receber, considera o risco da carteira de clientes e procede ao registro de possíveis complementos para garantir que o saldo seja suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos seus recebíveis.

O montante dos créditos apropriados como perda ao resultado e dos valores recuperados e os revertidos durante o exercício de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Saldo inicial	(91.183)	(96.142)
Constituição	(30.266)	(16.909)
Recuperação	5.952	4.448
Reversão de perdas	-	17.420
	(115.497)	(91.183)

10 Ativo financeiro

	2013	2012
Concessões indenizáveis	1.423.471	1.350.984
(-) Ajustes a valor presente	(254.077)	(396.920)
	1.169.394	954.064

Refere-se ao montante esperado de direitos oriundos de recebíveis junto ao poder concedente (municípios) ao final do prazo das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber, conforme previsto no ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Ajuste a valor presente (AVP)

O ajuste a valor presente é apropriado no ativo intangível, tendo como contrapartida a conta redutora do grupo do ativo financeiro. Para fins de taxa de desconto foi considerada a taxa média ponderada de custo de capital WACC praticada pela Companhia no reconhecimento na receita de construção, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

A variação verificada no período se deu basicamente da necessidade de recálculo do AVP para alguns contratos cujos prazos de realização foram integralmente atingidos e o correspondente impacto não considerado até então. A atualização dos cálculos provocou uma redução do AVP em R\$ 99.287, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Na tabela de demonstrativo do ativo intangível (nota explicativa nº 13), este valor está inserido no campo de adição do ajuste a valor presente, somado ao valor de adições do período (R\$ 18.281), compondo o valor líquido negativo de R\$ 81.006. Além disso, houve uma realização no período de R\$ 61.837.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, parte dos direitos emergentes da concessão foram dados em garantias de dívidas da Companhia. Ver nota explicativa nº 15.

11 Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos e bloqueios judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia é parte integrante (ver nota explicativa nº 17). Estão representados pelos valores originais acrescidos de juros e atualização (poupança). A movimentação entre 31 de dezembro de 2013 e 2012 é oriunda do registro de novos bloqueios/depositos, desbloqueios, baixas e atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Saldo inicial	343.785	352.979
Depósitos/bloqueios/desbloqueios (a)	53.487	56.557
Rendimentos	16.177	22.173
Baixas por perda em processos judiciais/resultado	(32.297)	(67.726)
Baixas por pagamento contingências	(9.675)	(20.198)
	371.477	343.785

(a) Desse montante destaca-se R\$ 22.785 decorrentes de antecipações de IRPJ, depositadas em juízo, relativas aos meses de setembro a dezembro de 2013, por conta da ação da Companhia junto à Fazenda Federal pleiteando imunidade tributária.

12 Imobilizado

Custo	Terrenos e construções		Máquinas e equipamentos		Bens operacionais		Bens de p/ concessão		Estoque de inversões		Total
Saldo em 1º/01/2012	51.589	34.044	17.116	11.698	24.098	39.838	58.720	237.103			
Transferência (i)	555	835	-	272	-	-	(453)	1.209			
Adições	-	2.493	-	237	3	-	-	2.733			
Baixas	(44)	(64)	-	(57)	-	-	-	(165)			
	52.100	37.308	17.116	12.150	24.101	39.838	58.267	240.880			
Transferências (ii)	-	3.043	-	7	4.489	2.270	(6)	9.803			
Adições	-	732	-	329	-	-	-	1.061			
Baixas	-	(171)	-	(49)	-	-	-	(220)			
	52.100	40.912	17.116	12.437	28.590	42.108	58.261	251.524			
Depreciação											
Saldo em 1º/01/2012	(7.429)	(19.074)	(11.152)	(9.908)	(7.686)	-	-	(55.249)			
Transferência (i)	4	(1.940)	2	1.934	-	-	-	-			
Adições	(1.405)	(3.213)	(2.213)	(708)	(1.383)	-	-	(8.932)			
Baixas	4	64	-	50	-	-	-	118			
	(8.826)	(24.163)	(13.363)	(8.632)	(9.079)	-	-	(64.063)			
Transferências (ii)	-	-	-	-	(818)	-	-	(818)			
Adições	(1.453)	(3.747)	(2.064)	(651)	(1.482)	-	-	(8.397)			
Baixas	-	167	-	38	-	-	-	205			
	(10.279)	(27.743)	(15.427)	(9.245)	(11.379)	-	-	(74.073)			
Saldo líquido 31/12/2013	41.821	13.169	1.689	3.192	17.211	42.108	58.261	177.451			
Saldo líquido 31/12/2012	43.274	13.145	3.753	3.518	15.022	39.838	58.267	176.817			
Saldo líquido 1º/01/2012	44.160	14.970	5.964	1.790	16.412	39.838	58.720	181.854			

- (i) Bens Outros: Móveis e utensílios e bens de baixo valor.
- (ii) Transferências provenientes do ativo intangível em função da natureza dos investimentos.

Não existem bens do ativo imobilizado da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

13 Intangível

A Companhia opera em serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 364 municípios do estado da Bahia. Os itens que compõem este grupo estão detalhados a seguir:

	Ativos de concessões					
	Sistema de água/esgoto	Ajuste a valor presente	Bens administrativos	Obras em andamento	Licença software SAP	Total
Custo						
Saldo em 1º/01/2012	3.162.192	470.831	-	1.923.785	30.687	5.587.495
Transferências/contas	337.660	-	-	1.580	(340.449)	(1.209)
Transferências/ativo financeiro	(229.832)	-	-	-	-	(229.832)
Adições	844	104.944	133	669.067	-	774.988
Baixas	(69)	-	-	(81.952)	-	(81.952)
Subvenções investimentos – PAC	-	-	-	-	-	-
Subvenções investimentos – CODEVASF	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	3.270.795	575.775	1.713	(61.115)	30.687	5.988.306
Transferências/contas	209.130	-	-	(218.933)	-	(8.803)
Transferências/ativo financeiro	(72.487)	-	-	-	-	(72.487)
Adições	15.293	(81.006)	1.581	549.381	-	485.249
Baixas	(157)	-	-	(104.714)	-	(157)
Subvenções investimentos – PAC	-	-	-	-	-	-
	3.422.574	494.769	3.294	2.335.070	30.687	6.286.394
Amortização						
Saldo em 1º/01/2012	(1.268.336)	(104.259)	-	-	-	(1.372.595)
Adições	(234.952)	(74.596)	(56)	-	-	(309.604)
Baixas	40	-	-	-	-	40
	(1.503.248)	(178.855)	(56)	-	-	(1.682.159)
Transferências/contas	818	-	-	-	-	818
Adições	(249.952)	(61.837)	(500)	-	-	(312.289)
Baixas	62	-	-	-	-	



Capital Autorizado: R\$ 5.664.000.000,00
Capital Integralizado: R\$ 3.961.996.397,88

CONTINUAÇÃO

Contrato	Sistema	Valor do Contrato
0228.528-85/07	SES Cachoeira	8.383
0228.583-66/07	SES Feira de Santana	29.042
0228.617-60/07	SES Itaparica	7.091
0228.637-09/07	SES Madre de Deus	5.481
0228.656-47/07	SES Muritiba	10.312
0228.697-31/07	SES Salvador	99.190
0228.702-07/07	SES Santo Amaro	9.035
0228.714-40/07	SES São Félix	1.584
0228.715-66/07	SES S. Francisco do Conde	6.832
0228.781-66/07	SES Maragogipe	10.671
0296.121-07/09	SES Barreiras	74.540
0296.124-39/09	SES Lauro de Freitas	161.500
Total acumulado em 2011		423.661

0354.339-51/12	SES Araci	475
0346.876-08/12	SES Camaçari	16.291
0347.534-81/12	SAA Camaçari	31.656
0295.993-30/09	SES Teixeira de Freitas	17.986
0347.536-09/12	SES Jacobina	31.520
0376.778-45/12	SES Conde	12.754
0376.789-75/12	SES Iaçú	14.488
0376.790-02/12	SAA Nova Canaã	3.770
0376.791-16/12	SAA Riacho de Santana	4.229
0376.792-20/12	SES Rio do Antônio	6.111
0376.793-34/12	SAA Saubara	13.420
Total acumulado em 2012/2013		630.361

A título de contrapartida, a Companhia obriga-se a participar dos investimentos com 10% (dez por cento), nos contratos n.ºs 0182.264-14/06; 0182.266-33/07; 0228.583-66/07; 0228.697-31/07; 0347.534-81/12; 0376.790-02/12; 0376.791-16/12 e 0376.793-34/12, no montante total de R\$24.625; 10,02% (dez vírgula zero dois por cento) no contrato n.º 0346.876-08/12, no montante de R\$1.814 e 5% (cinco por cento) para os demais contratos no valor total de R\$22.777. Os prazos de carência variam de 14 a 38 meses, os desembolsos variam de 12 a 38 meses e as amortizações de 60 a 240 meses, sendo o primeiro e segundo prazos a partir da assinatura do contrato e o terceiro a partir do término do período de carência.

Como garantia de pagamento dos financiamentos e das demais obrigações contratuais, a Companhia ofereceu o penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida, em virtude da exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As liberações dos recursos dos contratos acima mencionados até dezembro de 2013 foram no montante de R\$35.288 (R\$ 98.231 em 2012).

Movimentação:

A variação ocorrida no período foi de R\$ (27.317) decorrente de novas liberações no valor de R\$ 35.288 além de pagamentos do principal e juros no total de R\$32.097, bem como reconhecimento de juros e atualização monetária incorridos no período, no valor de R\$24.126.

b.2) CEF

Natureza:

A Companhia firmou, em 13 de agosto de 2012 e 24 de abril de 2013, contratos de empréstimos junto a Caixa Econômica Federal com as características abaixo definidas:

- Contrato n.º 03.3351.763.0000001/03, no valor de R\$100.000, com juros à taxa anual (nominal) de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 2,4% a.a. (dois vírgula quatro por cento).
- Contrato n.º 03.3351.763.0000002/94, no valor de R\$59.000, com juros à taxa anual (nominal) de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 1,8% a.a. (um vírgula oito por cento).

Os empréstimos junto à Caixa Econômica Federal têm o início das amortizações, respectivamente, em setembro de 2014 e maio de 2016, mediante parcelas mensais vencíveis até o ano de 2022 e 2019.

As liberações dos recursos dos contratos acima mencionados alcançaram a totalidade até dezembro de 2013.

Movimentação:

Em 2012 e abril de 2013 ocorreram contratações de empréstimos do tipo Cédula de Crédito Bancário, caracterizados como Crédito Especial Setor Público, Capital de Giro. O saldo final de R\$ 156.773 foi influenciado por liberações de recursos no valor de R\$ 59.000, reconhecimento de juros incorridos, juros pagos e o redutor referente a custos de transação pagos e ainda não amortizados.

b.3) CEF

Natureza:

Em 07 de junho de 2013, a Companhia firmou contratos de Financiamento junto a Caixa Econômica Federal - CEF (FINAME) para aquisição de máquinas e equipamentos, lastreados com recursos do BNDES, equivalente a 90% (noventa por cento) do investimento, com as características abaixo definidas:

- Contrato n.º 3351.352.0000001/31, valor do investimento R\$8.538, sendo o valor do crédito R\$7.685, com juros à taxa anual (nominal) de 3% a.a. (três por cento).
- Contrato n.º 3351.352.0000002/12 valor do investimento R\$750, sendo o valor do crédito R\$675, com juros à taxa anual (nominal) de 3% a.a. (três por cento).
- Contrato n.º 3351.352.0000003/02 valor do investimento R\$10.470, sendo o valor do crédito R\$9.423, com juros à taxa anual (nominal) de 3% a.a. (três por cento).
- Contrato n.º 3351.352.0000004/84, valor do investimento R\$547, sendo o valor do crédito R\$492, com juros à taxa anual (nominal) de 3% a.a. (três por cento).

Os financiamentos junto a Caixa Econômica Federal têm prazo final para amortizações em 15 de junho de 2023.

Movimentação:

Saldo dos financiamentos com a Caixa Econômica Federal – CEF, através das linhas de crédito do BNDES – FINAME, contratadas em junho de 2013. A variação ocorrida no período de R\$ 10.603 decorre da utilização de recursos no montante de R\$ 10.590, bem como reconhecimento de juros incorridos no período.

c.1) BNDES - FAT

Natureza:

A Companhia firmou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito, em 28 de maio de 2009 e 20 de junho de 2012, com as seguintes características:

- Contrato n.º 09.2.0230.1, à conta de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, pelos recursos do FAT - depósitos especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, no valor de R\$165.480, com juros de 2,71% (dois vírgula setenta e um por cento) ao ano, acima da taxa de longo prazo - TJLP destinado à ampliação e modernização dos sistemas de abastecimento de água SAA de Cruz das Almas, Irecê, Senhor do Bonfim e Serrinha e à ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário SES de Itamarajú. A amortização ocorre em 150 parcelas mensais e sucessivas, e teve início em 15 de Janeiro de 2012. A liberação em 2013 se elevou a R\$ 17.402 (R\$ 39.799 em 2012).

- Contrato n.º 12.2.0525.1, à conta de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, pelos recursos do FAT - depósitos especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, no valor de R\$85.170, com juros de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano, acima da taxa de longo prazo - TJLP destinado à ampliação dos sistemas de abastecimento de água - SAA de Amélia Rodrigues, Andorinha e Santo Estevão e à ampliação do sistema de esgotamento sanitário - SES de Caravelas. A amortização ocorrerá em 90 e 144 parcelas, mensais e sucessivas, tendo início em 15 de Fevereiro de 2015 e 15 de Agosto de 2015, para os SAA e SES, respectivamente. O valor liberado em 2013 atingiu R\$ 27.261.

Como garantia de pagamento do financiamento e das demais obrigações contratuais, a Companhia firmou contrato de cessão fiduciária de direitos, vinculando parcela da sua receita mensal e direitos emergentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no município de Salvador e demais municípios aos quais estão vinculadas as obras financiadas.

c.2) BNDES - Emissão de debêntures

Natureza:

A Companhia, visando à contratação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinados exclusivamente ao projeto de aquisição e implantação de Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP, bem como à compra e à instalação de hidrômetros nas suas áreas de concessão, submeteu à apreciação e votação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2010, proposta de celebração de contrato de promessa de subscrição de 1.000 (mil) debêntures simples e nominativas, em emissão privada e outros pactos, não conversíveis em ações da emitente sendo todas com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária de parcela de sua receita tarifária, em caráter irrevogável e irretirável, perfazendo o total de R\$80.442, sendo aprovada por unanimidade. Ainda que contratada no exercício de 2010 a liberação dos recursos ocorreram a partir do exercício 2011.

Foram emitidas em 2011 as debêntures de primeira e segunda série e em 2012/2013, as debêntures de terceira série.

Linha	Saneamento Ambiental		
Produto	Subscrição de valores mobiliários em oferta privada		
Modalidade	Debêntures Simples		
Número de Emissões	1 emissão em 3 séries		
Valor Total	R\$ 80.442		
Número de Debêntures	1.000		
Valor Nominal Unitário	R\$ 80		
Série	Primeira	Segunda	Terceira
Número de Debêntures	300	300	400
Valor da série	R\$ 24.133	R\$ 24.133	R\$ 32.177
Data de Vencimento Final	15/04/20	15/05/20	15/04/20
Prazo de Subscrição	120 parcelas mensais	121 parcelas mensais	120 parcelas mensais
Carência	30 meses	37 meses	30 meses
Amortização	90 parcelas mensais	07 parcelas anuais	90 parcelas mensais
Pagamento de juros	Trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização	Anualmente durante o período de carência e de amortização	Trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização
Custo de Captação	TJLP + 2,71%	IPCA + Taxa de Referência (*) + 2,71%	TJLP + 2,71%
Garantia	Real, mediante cessão fiduciária de parcela de sua arrecadação mensal no valor de R\$ 15.900, corrigida anualmente pelo IPCA. Adicionalmente, será exigida conta reserva no valor de R\$ 2.100 no período de carência e no valor de R\$ 5.800.		

(*) A taxa de referência é fixada no momento da emissão de debêntures.

Movimentação:

Saldo de operações de emissão de debêntures (1ª, 2ª e 3ª séries) contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, não conversíveis em ações e outros empréstimos. A variação líquida negativa no período, no valor de R\$ 47.389, decorre de novas liberações no valor de R\$ 62.360, bem como do reconhecimento dos juros incorridos e variação monetária no valor de R\$17.548 e do pagamento de principal e juros de R\$ 32.519.

Escalonamento da dívida

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos classificados no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Origem	2015	2016	2017	2018	Demais anos	Total
BID (Estado da Bahia)	31.520	31.520	31.519	31.519	78.799	204.877
CEF	27.235	41.047	48.381	49.215	269.528	435.406
BNDES	15.940	16.243	16.243	16.243	82.366	147.035
	74.695	88.810	96.143	96.977	430.693	787.318
BNDES (Debêntures)	11.751	11.751	11.751	11.751	18.498	65.502
Total	86.446	100.561	107.894	108.728	449.191	852.820

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:

Índice	Limite
Índice de cobertura do serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 20%
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3

Memória de cálculo das Covenants

	2013	2012
Empréstimo e financiamento - Curto prazo	78.012	56.564
Empréstimo e financiamento - Longo prazo	852.820	727.675
Total (a)	930.832	784.239
Disponibilidades	224	10.886
Aplicações financeiras	118.136	46.039
Total (b)	118.360	56.925
Total dívida líquida (a) - (b) ***	812.472	727.314

Receita operacional líquida I. 1.898.473 1.737.150

Resultado líquido II. 76.804 124.819

Margem líquida 4% 7,19%

EBITDA		
Lucro após (despesas) receitas operacionais	III. 75.533	34.888
(-) Receita de construção (+) Custo de construção ****	(5.882)	(7.158)
Resultado financeiro		
Depreciação / amortização	321.648	318.492
Total EBITDA	391.299	346.222
Margem (EBITDA divide Receita Operacional Líquida)	20,61%	20%
Dívida líquida/EBITDA	2,08	2,10
Índice de cobertura do serviço da dívida	8,30	12,08
(EBITDA divide despesas financeiras)		
Total despesas financeiras IV	47.155	28.666

	Cumpr o Requisito?	Cumpr o Requisito?
Índice de cobertura dos serviços da dívida (≥ 1,5)	SIM	SIM
Margem EBITDA (≥ 20%)	SIM	SIM
Dívida líquida/EBITDA (≤ 3)	SIM	SIM

*** O cálculo da dívida líquida foi referido em relação ao apresentado em 2012, por terem sido desconsideradas as aplicações financeiras vinculadas.

**** No cálculo do EBITDA quanto na margem EBITDA, foram desconsiderados os efeitos da receita e custo de construção, por não se coadunarem com a análise histórica do desempenho econômico financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2013	2012
Reparcelamento Lei 11941/09 (REFIS, PAES, AI INSS) (a)	10.509	13.637
PIS/PASEP/COFINS, INSS retido	25.499	23.063
Encargos Sociais	16.283	17.445
Antecipação de INSS	(12.521)	(12.153)
	39.770	41.992
ISS/IPTU/TLF (b)	114.028	96.561
	114.028	96.561
	153.798	138.553
Circulante	99.584	91.608
Não circulante	54.214	46.945

- A Companhia procedeu à consolidação do parcelamento de que trata a Lei nº 11.941/09 no mês de junho de 2011, conforme orientação da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2 de 3 de fevereiro de 2011. Na oportunidade a Companhia ratificou o montante dos débitos disponibilizados para o parcelamento e informou os valores referentes ao prejuízo fiscal e à base de negativa de CSLL utilizados para compensar os encargos de juros e multa da dívida. Como consequência, a Companhia procedeu com ajustes de reclassificação das parcelas a vencer do não circulante para o circulante, em decorrência da referida consolidação do débito.

Movimentação no exercício de 2013:

	Refis - PGFN	Refis/ Paes	Auto de Infração INSS/RFB	INSS Refis / RFB	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	191	613	12.243	590	13.637
Atualização SELIC	1	3	657	2	663
Pagamentos de parcelas em 2013	(192)	(616)	(2.391)	(592)	(3.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	10.509	-	10.509
Número de parcelas	-	-	130	-	130
Circulante	-	-	2.459	-	2.459
Não circulante	-	-	8.050	-	8.050
Total	-	-	10.509	-	10.509

- A Companhia vem contestando o pleito do município de Salvador, relacionado à cobrança do ISS decorrente da prestação de serviços de esgotamento sanitário, por en-

tender, com base em opinião de seus assessores jurídicos, não ter tal pretensão amparo legal. Neste sentido a Companhia mantém provisionado no passivo circulante o montante de R\$ 25.952 (R\$ 23.788 em 2012) e no não circulante o montante de R\$ 58.663 (R\$ 49.155 em 2012) relativo a autos de infração lavrados pelo município de Salvador até 1996 e em processo de julgamento na instância administrativa. Os débitos relativos à cobrança de ISS, mencionados anteriormente, referentes aos exercícios de 1997 a 2003.

Adicionalmente, a cobrança de ISS sobre os serviços de esgotamento sanitário e congêneres foi vetada pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Para a resolução de pendências, a Companhia e o município de Salvador celebraram, em 29 de dezembro de 2004, instrumento de confissão de dívidas e outras avenças, para compensação de débitos existentes entre as partes, oriundos de faturas de água/esgoto e de ISS e TLF, os quais são objetos de recursos/ações, e cuja compensação ocorrerá na oportunidade de cada julgamento.

17 Provisão para perdas em processos judiciais

A Companhia possui processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais, todos em virtude do curso normal das operações, nos montantes de R\$ 160.658 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 145.400 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia, com base em análise conjunta com seus assessores jurídicos, constituiu provisões consideradas suficientes para prováveis desfechos desfavoráveis a processos em tramitação na esfera judicial.

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	2012	Adições	Baixas	Reversões	2013
Trabalhistas (a)	124.902	26.902	(25.474)	(5.031)	121.299
Cíveis e tributárias (b)	20.498	40.651	(7.351)	(14.439)	39.359
	145.400	67.553	(32.825)	(19.470)	160.658
Circulante	129.544				128.136
Não circulante	15.856				32.522

- Trabalhistas - São constituídas de reclamações envolvendo: divisor de horas extras; adicional de dupla função/motorista usuário; promoção trienal face ao PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário e RIP - Regulamento Interno de Pessoal anterior; adicionais de periculosidade/insalubridade ou diferenças, já que pagos, em determinados momentos a menor ou incorretamente; repouso semanal remunerado sobre as horas extras; e, incorporação do anuênio ao salário para apuração das horas extras.

- Cíveis e tributárias - São ações que envolvem: empreiteiras, cujas faturas não foram pagas nas épocas próprias; confissões de dívidas; desequilíbrio econômico – financeiro do contrato; devolução da cobrança da tarifa de esgoto do período em que não havia legislação estadual autorizando; mandados de segurança; e, execução fiscal envolvendo TLF/IPTU/ISS, etc.

Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com os principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram constituídas provisões para demandas judiciais.

Os principais processos cujo risco é avaliado como possível em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Trabalhistas	137.602	109.846
Cíveis	216.441	72.003
TrIBUTÁRIAS		



Capital Autorizado: R\$ 5.664.000.000,00
Capital Integralizado: R\$ 3.961.996.397,88

CONTINUAÇÃO

Detalhamento dos contratos de repasse - PAC:

Contrato	Sistema	Repasse	
		2013	2012
CT nº 223.725-64/2007	SES Bacía Jacuípe	47.027	47.027
CT nº 218.243-36/2007	SES Salvador	21.192	19.841
CT nº 218.244-40/2007	SES Salvador Ilhas	21.855	21.856
CT nº 223.724-59/2007	SES Vitória da Conquista	57.895	53.688
CT nº 223.726-78/2007	SES Candeias	17.860	17.150
CT nº 236.763-17/2007	SES Paulo Afonso	44.450	39.669
CT nº 236.764-21/2007	SES Guanambi	33.981	32.487
CT nº 237.763-32/2007	SES Teixeira de Freitas	8.452	6.985
CT nº 238.135-44/2007	SES Tucano	7.828	7.828
CT nº 238.136-59/2007	SES Itaberaba	1.100	180
CT nº 244.574-81/2007	SES Cruz das Almas	23.403	16.124
CT Nº 244.717-09/2008	SES Vera Cruz	12.511	11.786
CT Nº 251.775-64/2008	SES Jequié	7.410	6.167
CT Nº 251.776-78/2008	SES Porto Seguro	9.098	9.098
CT nº 218.246-60/2007	SIAA - SSA/Ilha dos Frades	65.491	63.636
CT nº 223.723-44/2007	SES Camaçari	43.345	38.296
CT nº 251.770-12/2008	SIAA - Conceição Coité	4.600	4.600
CT nº 251.774-59/2008	SES Itamaraju	4.468	2.591
CT nº 218.245-56/2007	SES Simões Filho	5.065	5.065
CT nº 238.137-63/2007	SES Sto Antônio de Jesus	5.771	121
CT nº 244.251-86/2007	SES Eunápolis	100	64
CT nº 244.254-17/2007	Elab. Proj. SAA Simões Filho	10	10
CT nº 244.246-09/2007	Elab. Proj. SAA Campo Formoso	86	29
CT nº 290.064-86/2009	SES Sto Antônio de Jesus	2.098	2.098
CT nº 251.772-30/2008	SIAA Eunápolis	4.561	4.561
CT nº 244.212-07/2007	SES Jequié	91	53
CT nº 244.213-11/2007	Elab. Proj. Luis E. Magalhães	178	167
CT nº 244.214-25/2007	Elab. Proj. Paulo Afonso	85	69
CT nº 244.248-27/2007	Elab. Proj. SES C. Coité	207	185
CT nº 251.771-26/2008	SIAA Dias D'Ávila	1.759	28
CT nº 244.211-94/2007	Elab. Proj. Itaberaba	131	33
CT nº 351.739-32/2011	SIAA Irecê (PAC 2)	66.576	37.596
CT nº 251.769-85/2008	SIAA Euclides da Cunha	2.141	2.142
CT nº 350.883-74/2011	SES Feira de Santana - B. Subaé	3.628	-
CT nº 350.938-21/2011	SES Itaberaba	3.164	-
CT nº 350.771-26/2011	SIAA Salvador - Duplic AAT	569	-
CT nº 350.871-30/2011	SES Feira de Santana - B. Jacuípe	2.962	-
		531.148	451.230

O montante total investido nas obras do PAC em 2013 foi de R\$ 79.918 (R\$ 81.952 em 2012).

20 Adiantamentos para futuro aumento de capital

Referem-se a créditos do acionista majoritário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral. A movimentação ocorrida no exercício de 2013 está assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2013	46.016
Amortizações	34.906
Integralizações ao capital ocorridas em 2013 (nota explicativa nº 22)	(30.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	50.870

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 50.870 tem o seguinte detalhamento:

- Valor de R\$ 34.906 correspondente às amortizações do BID (ver nota explicativa nº 35); e
- Valor de R\$ 15.964 referente à transferência de dívida do passivo circulante decorrente da assunção da dívida do contrato mantido com a empresa Construtora e Pavimentadora Sêrvia Ltda.

21 Transações com partes relacionadas

Em função da Companhia ser controlada pelo estado da Bahia, as transações com partes relacionadas decorrem do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à administração pública do estado.

As operações com partes relacionadas são definidas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

Dados da arrecadação e faturamento da esfera estadual

	2013
Arrecadação	84.859
Parcelamentos recebidos	4.166
Faturamento	109.003
Parcelamentos negociados	6.979

Os valores de débitos vencidos em 31 de dezembro de 2013 dos órgãos ligados à administração do estado da Bahia estão relacionados abaixo:

	2013
SESAB	14.852
SSP	11.300
SEC	4.935
SEAP	2.091
SICM	1.924
SEDES	1.488
SEDUR	488
Tribunal de Justiça da Bahia	272
SEAGRI	214
SECULT	155
SEINFRA	151
SEMA	104
SJCDH	86
SAEB	16
SETRE	15
SECTI	8
SEFAZ	8
Ministério Público do Estado da Bahia	1
	38.022

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, conforme estatuto é de R\$ 5.664.000, representado por 800.000.000 ações nominativas, sendo 520.000.000 de ações ordinárias e 280.000.000 de ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas oferecem a seus titulares dividendos iniciais, não cumulativos, de até 6% (seis por cento) ao ano, sobre o lucro líquido do exercício.

O governo do estado da Bahia é o acionista majoritário e possui 99,67% do capital total da Companhia.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2013, foi deliberado o aumento do capital social com a incorporação de adiantamentos para futuro aumento de capital e auxílios para obras nos montantes de R\$ 30.052 e R\$ 17.023, respectivamente. Em consequência do aumento, emitiu-se 4.303.333 ações ordinárias e 2.345.743 ações preferenciais, todas nominativas, no valor de R\$ 7,08 cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 3.961.996 (R\$ 3.914.921 em 2012) está representado por 362.180.001 ações ordinárias (357.876.668 em 31 de dezembro de 2012) e 197.424.010 ações preferenciais (195.078.267 em 31 de dezembro de 2012), todas nominativas e no valor de R\$ 7,08 cada uma, conforme segue:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Estado da Bahia	362.146.551	195.609.165	557.755.716	99,67%
Minoritários	33.450	1.814.845	1.848.295	0,33%
	362.180.001	197.424.010	559.604.011	100,00%

b. Reserva de capital - Auxílios para obras

Representam aportes de recursos pelo governo do estado da Bahia para aplicação na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral.

c. Reserva de lucros - Incentivo fiscal (ICMS)

Representam valores correspondentes ao crédito presumido de ICMS concedido pelo Decreto nº 8.868 de 5 de janeiro de 2004. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante apurado foi de R\$ 33.548 (R\$ 67.601 em 31 de dezembro de 2012). Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e Pronunciamento CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, o valor do incentivo de ICMS, apurado a partir da vigência da lei, foi contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para reserva de lucros.

Não foram constituídos a reserva legal e dividendos durante os exercícios de 2013 e 2012, em função da Companhia possuir prejuízos acumulados.

d. Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia manteve os saldos da reavaliação concluída em 2006. O registro contábil ocorreu em 30 de setembro de 2006, baseado em laudo de reavaliação, emitido por empresa contratada, devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cuja movimentação está detalhada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	863.050
Realização da reserva de reavaliação	(104.544)
Realização do IR e CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	35.545
Saldo em 31 de dezembro de 2012	794.051
Realização da reserva de reavaliação	(104.353)
Realização do IR e CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	35.480
Saldo em 31 de dezembro de 2013	725.178

Posteriormente os bens reavaliados foram reclassificados para o ativo intangível, pela vinculação aos contratos de concessões.

A reserva de reavaliação é realizada por depreciação/amortização ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, já deduzidos os encargos tributários.

Os efeitos fiscais na sistemática da reavaliação estão de acordo com o estabelecido pela legislação fiscal, sendo que ocorrem quando da realização dos referidos bens.

As provisões do imposto de renda e da contribuição social diferidas, registradas no passivo não circulante, são transferidas para o passivo circulante quando da transferência da reserva de reavaliação para prejuízos acumulados, na medida da realização por depreciação ou baixa.

Os saldos de provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 montam a R\$ 367.670 (R\$ 403.150 em 31 de dezembro de 2012). A diferença corresponde ao imposto incidente sobre a realização da reserva de reavaliação.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao ganho / (perda) atuarial líquido decorrente do plano de benefício definido mantido pela Companhia com a FABASA, em consonância com o CPC 33 (R1) que alterou a forma de contabilização do ganho / (perda) atuarial para o patrimônio líquido.

23 Receita operacional

	2013	2012
Abastecimento de água	1.579.408	1.462.007
Esgotamento sanitário	467.307	405.214
Serviços acessórios	34.801	39.354
Serviços técnicos especializados	890	843
Total das receitas de serviços (a)	2.082.406	1.907.418
COFINS	(156.252)	(142.001)
PIS	(33.923)	(30.820)
ICMS	(27.306)	(65.048)
Subvenção Governamental (isenção ICMS) (b)	33.548	67.601
Receita operacional líquida	1.898.473	1.737.150

(a) O acréscimo no total das receitas de serviços de 9,29% decorre dos seguintes eventos: Incremento de 12,89% na tarifa média, resultante do processo de reajuste tarifário, vigente a partir de maio de 2012 (IRT 7,583%+parcela extraordinária 5,307%), o qual se refletiu no faturamento do exercício até maio de 2013. O reajuste de 2013, no valor de 9,8%, teve efeito a partir de julho de 2013, o qual se refletiu no faturamento dos meses subsequentes e na variação em relação ao exercício anterior. A variação em relação a 2012 também foi influenciada pela contração no consumo, em parte pela seca que assolou o nordeste. Deve-se destacar o melhor desempenho do faturamento de esgoto, com crescimento de 15,32%, enquanto o faturamento de água se situou em 8,03%.

(b) A diferença entre o montante da subvenção e a despesa com ICMS refere-se ao benefício da isenção concedido a outras operações que geraram débitos fiscais de ICMS reconhecidos como despesas operacionais. A redução no valor do ICMS e subvenção-isenção do ICMS no período de 2013, comparado ao mesmo período do ano anterior, advém do reconhecimento do ICMS sobre vendas ter ocorrido apenas até 13 de maio de 2013 e tal fato decorrer de não ser mais devido o ICMS sobre distribuição de água, conforme Lei Estadual nº 12.811 de 2013.

24 Custo dos serviços prestados

	2013	2012
Pessoal (a)	(350.535)	(303.721)
Material	(84.607)	(81.469)
Serviços de terceiros (b)	(559.188)	(509.100)
Amortização	(317.582)	(315.561)
Fundo Municipal de Saneamento	(4.084)	-
Outros	13.538	3.551
	(1.302.459)	(1.206.300)

(a) O incremento nos custos com pessoal no valor de R\$ 46.814 (15,41%) decorreu do reajuste anual do acordo coletivo e do aumento do quadro de pessoal com os novos contratados referentes ao último concurso público. Complementarmente, houve incremento de despesas com aviso prévio e incentivo à aposentadoria, decorrente de ter sido implantado o PDD - Programa de Desligamento Dirigido de Aposentados.

(b) O incremento nos custos de serviço de terceiros no valor total de R\$ 50.088 (9,84%) deu-se em função de gastos com serviços de operação e manutenção de sistemas (SAA/SES), fretes e carretos por conta do agravamento da seca no Nordeste, além da adequação no rateio das despesas de vigilância, que em 2012 estavam alocadas como despesas administrativas e ainda a redução nas despesas de energia (9,12%).

25 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Pessoal (a)	(141.180)	(124.554)
Material	(2.440)	(2.665)
Serviços de terceiros	(88.538)	(86.766)
Depreciação	(3.941)	(2.794)
Provisão para perdas em processos judiciais	(48.083)	(46.788)
Perdas em processos / Baixa em depósitos judiciais (b)	(48.021)	(67.726)
Outras	(4.838)	(25.022)
	(377.041)	(356.315)

(a) Assim como nos custos, as despesas administrativas com pessoal foram impactadas em virtude das justificativas apontadas na nota explicativa nº 24.

(b) Menor reconhecimento de perdas por baixas de processos cíveis e trabalhistas em função do recebimento das devidas prestações de contas e consequente adequação aos saldos remanescentes em juízo.

26 Despesas comerciais

	2013	2012
Perdas no contas a receber	(119.495)	(108.438)
Pessoal	(18.898)	(15.529)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(24.314)	(12.461)
Reversão de provisão	-	17.420
Serviços de terceiros	(12.535)	(10.942)
Benefício tarifa social	(5.872)	(7.664)
Material	(214)	(225)
Depreciação	(125)	(137)
Outras	2.483	(2.034)
	(178.971)	(140.010)

A variação no grupo "Despesas comerciais", em relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, basicamente ao maior volume de perdas no contas a receber e a própria expectativa de maiores perdas futuras, com o incremento no valor da competente provisão.

27 Outras (despesas) receitas operacionais

	2013	2012
Despesas tributárias	(10.805)	(7.652)
Outras	455	857
	(10.351)	(6.795)

28 Receitas (despesas) financeiras

	2013	2012
<i>Receitas financeiras</i>		
Ajuste a valor presente	61.836	74.596
Rendimento de aplicações financeiras	12.984	11.512
Outras receitas financeiras (a)	21.451	28.014
Juros e variações sobre contas a receber (b)	43.952	44.217
Variação cambial ativa	26.369	31.245
	166.592	189.584
<i>Despesas financeiras</i>		
Juros sobre financiamentos/encargos com dívidas diversas	(47.155)	(28.666)
Variação cambial passiva	(58.579)	(60.755)
	(105.734)	(79.421)
	60.858	110.163

(a) Outras receitas financeiras são compostas de descontos obtidos, juros recebidos e variações monetárias.

(b) São compostas dos juros de parcelamentos de clientes, juros e acréscimos por inadimplência, multa por impuntualidade e variação monetária.

O decréscimo nas receitas financeiras líquidas deve-se essencialmente a: efeito da variação cambial líquida (despesa) entre os dois exercícios, com crescimento de R\$ 12.700 em 2013; Além disso, ocorreram incrementos nas despesas com juros sobre financiamentos de R\$ 18.320 pelo crescimento no endividamento da Companhia; redução na conjugação líquida de juros e variações monetárias sobre o contas a receber e outras receitas financeiras de R\$ 6.828 e ainda decréscimo na realização do AVP Ativo financeiro de (R\$ 12.760), influenciado pela redução na taxa de desconto – custo de capital – WACC, praticada em 2013, relativamente àquela praticada no mesmo período de 2012 e ainda redução na base de realização, pelo AVP, conforme explanado na nota explicativa nº 10.

29 Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro debitada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada como segue:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício	136.391	136.391	145.051	145.051
Receita/custo construção RTT				
- contratos concessões	(5.882)	(5.882)	(7.158)	(7.158)
Realização da amortização do intangível	61.837	61.837	74.596	74.596
Realização do AVP financeiro	(61.837)	(61.837)	(74.596)	(74.596)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL ajustado	130.509	130.509	137.893	137.893
Adições (exclusões)				
Variação cambial	50.277	50.277	41.419	41.419
Realização da reserva de reavaliação	104.353	104.353	104.544	104.544
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	4.564	4.564	-	-
Subvenção para investimento				
- Isenção ICMS (RTT)	(33.548)	(33.548)	(67.601)	(67.601)
Depreciação IPC x BTNF	-	-	6.925	6.916
Outros	23.376	23.376	(31.322)	(31.322)
Base de cálculo	279.531	286.456	184.933	191.849
Compensação de prejuízos fiscais do IRPJ/base negativa da CSLL	-	-	(11.753)	(41.836)
Base de cálculo após compensações	279.531	286.456	173.180	150.013
IR e CSLL antes das deduções	69.859	25.781	43.271	13.501
Deduções do IR	(573)	-	(994)	-
Despesa com IRPJ e CSLL	69.286	25.781	42.277	13.501
Alíquota efetiva	50,74%	18,88%	29,14%	9,30%